

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais

Concentração em Relações Internacionais

**VOLATILIDADE DE CAPITAIS EXTERNOS NO BRASIL: UMA QUESTÃO
DE RELAÇÕES POLÍTICAS INTERNACIONAIS**

Francisco Américo Cassano

São Paulo

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais

Concentração em Relações Internacionais

**VOLATILIDADE DE CAPITAIS EXTERNOS NO BRASIL: UMA QUESTÃO
DE RELAÇÕES POLÍTICAS INTERNACIONAIS**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais – Concentração em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira.

Francisco Américo Cassano

São Paulo

2006

FOLHA DE APROVAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira

Prof. Dr. Paulo-Edgar Almeida Resende

Prof. Dr. Julio Manoel Pires

Prof. Dr. Carlos Francisco Vormittag

Prof. Dr. José Augusto Guagliardi

DEDICATÓRIA

A elaboração deste trabalho e a obtenção do título de Doutor só foram possíveis graças à colaboração e atenção de pessoas especiais, para as quais dedico todo o esforço despendido e com quem quero repartir o êxito alcançado:

- Brígida e Américo (*in memorian*), meus Pais, pela minha existência, pela árdua luta para a minha educação e pelo estímulo ao estudo;
- Elza, minha Esposa, pelo estímulo e compreensão em mais uma caminhada;
- Gabriel, Júlia e Henrique, meus Filhos, por lhes ter tirado momentos importantes da convivência familiar;
- Lydia e Murillo, Pais de Elza, pela presença em momentos importantes e delicados;
- Paulo Vaz Pacheco de Castro, ex-Coordenador do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Lusíada, pelo estímulo e constante entusiasmo pelo trabalho;
- Nelson Teixeira, Presidente da Fundação Lusíada, pela confiança e patrocínio da bolsa de estudos que garantiu a obtenção do título.

AGRADECIMENTOS

O desfecho desta tese recebeu inúmeras sugestões, críticas e análises, sem as quais não teria chegado a bom termo. Assim, cumpre-me agradecer:

- Ao Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira, pela competente orientação e sinalização do caminho a ser percorrido;
- Aos Profs. Drs. Carlos Francisco Vormittag e Paulo-Edgar Almeida Resende, Membros da Banca de Qualificação, pelas importantes sugestões para a realização da pesquisa;
- Ao Prof. Adilson Aderito da Silva, Professor de Métodos Quantitativos da Universidade Presbiteriana Mackenzie, pela revisão da análise quantitativa;
- A Maria Lydia Toller Reiff Janini e Alexandre Reiff Janini, pelas sugestões no texto em inglês;
- Aos Professores e Colegas do curso, pelas opiniões e sugestões na fase de projeto;
- A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a concretização deste trabalho.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo geral compreender os efeitos que a política externa brasileira exerce sobre o fluxo de capitais externos no país – em cada período de governo, a partir de 1947. O tema se justifica pela existência de intenso volume de recursos disponíveis no mercado financeiro internacional e pela rápida adaptação dos países carentes de recursos às regras definidas por tais investidores. Foi construído um referencial teórico, a fim de permitir a confirmação da hipótese de que uma política externa alinhada aos países desenvolvidos é fundamental ao incremento dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil. Para se constatar cientificamente essa hipótese, foi elaborada uma metodologia de pesquisa dividida em duas etapas: levantamento de documentos relacionados com a definição da política externa brasileira no período, com a análise de conteúdo dos mesmos, e, uma análise quantitativa, para ratificação da análise qualitativa. Os resultados obtidos permitiram confirmar a hipótese de que o alinhamento aos países desenvolvidos, com incremento dos investimentos diretos, foi fundamental para o desenvolvimento do Brasil em todo o período estudado. Além disso, foi possível concluir-se que tais investimentos interferem no comportamento do PIB nacional, conforme *constructo* definido no estudo. Estas conclusões permitiram sugerir-se aos formuladores da política externa brasileira que não desprezem o alinhamento aos países desenvolvidos, para uma captação mais favorável de recursos externos.

ABSTRACT

This study aims to understand the effects that Brazilian external politics exerts on foreign capital flow into the country – in the respective periods of government, starting in 1947. The subject is justified by the existence of a large volume of resources available in the international financial market and by the rapid adaptation of the poorer countries to the regulations defined by the investors. A theoretical reference was made to allow the hypothesis' confirmation that an aligned external politics with the developed countries is fundamental to an increase of the foreign direct investments in Brazil. To verify scientifically this hypothesis, a search in two parts was done: a survey of documents about the Brazilian external politics definition with the respective content analysis, and, a quantitative analysis for the confirmation of qualitative analysis. The results obtained allowed to confirm the hypothesis that the alignment with developed countries, with the increase of direct investments, was be fundamental for Brazil's development in the studied period. Besides, it was possible to conclude that such investments interfere in the national PIB, according the constructo defined in the study. These conclusions allow suggesting to the Brazilian external policy makers not to despise the alignment with developed countries, for a most favorable capitation of external resources.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	15
1.1. Opções de Métodos.....	16
1.1.1. Método Qualitativo.....	17
1.1.2. Método Quantitativo.....	18
2. A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO E A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	21
2.1. Pensadores Políticos Clássicos.....	21
2.2. A Relevância Contemporânea do Pensamento Clássico.....	28
2.3. A Evolução das Relações Internacionais.....	31
3. A QUESTÃO POLÍTICA COMO REDUTORA DO FLUXO DE INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS.....	38
3.1. Análise Qualitativa da Política Externa Brasileira.....	39
3.2. Alinhamento e Autonomia.....	41
3.2.1. A Política Externa Brasileira e o Alinhamento.....	42
3.2.1.1. O Estado brasileiro alinhado no pós-2ª Guerra.....	43
3.2.1.2. O Estado brasileiro alinhado no regime militar.....	49
3.2.1.3. O Estado brasileiro alinhado na pós-globalização.....	55
3.2.2. A Política Externa Brasileira e a Autonomia.....	61
3.2.3. O Consenso Internacional.....	63
3.2.3.1. Estados sintonizados com o Consenso Internacional.....	68
3.2.3.2. Políticas públicas brasileiras e o Consenso de Washington.....	75
3.3. Resgate do Problema de Pesquisa.....	79

4. FLUXO DE CAPITAIS INTERNACIONAIS E REGRAS QUE REGULAM OS INVESTIMENTOS.....	81
4.1. Evolução do Fluxo de Capitais Internacionais.....	81
4.1.1. Fatores de Risco para maior atratividade.....	86
4.1.2. Definição e Legislação.....	87
4.1.3. Tipos de Risco.....	89
4.2. Análise Quantitativa do Fluxo de Capitais Estrangeiros no Brasil.....	92
CONCLUSÕES.....	98
BIBLIOGRAFIA.....	111

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Alterações no índice de reforma estrutural e crescimento real do PIB na América Latina e Caribe – 1985-2002.....	70
Figura 2 – Alterações na taxa anual de crescimento real do PIB e das exportações nos períodos 1970-80 e 1990-2000.....	73
Figura 3 – Alterações na taxa de crescimento real do PIB e na elasticidade das importações nos períodos 1970-80 e 1990-2000.....	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Registros da Década de 1940 (pós-2ª Guerra Mundial).....	44
Quadro 2 – Registros da Década de 1950.....	46
Quadro 3 – Registros da Década de 1960.....	50
Quadro 4 – Registros da Década de 1970.....	52
Quadro 5 – Registros da Década de 1980.....	54
Quadro 6 – Registros da Década de 1990.....	56
Quadro 7 – Registros do novo Milênio.....	60
Quadro 8 – Síntese da Política Externa Brasileira no período 1947-2004.....	80
Quadro 9 – Micro e Macro composição do Risco Político.....	90

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Investimentos diretos no Brasil – Até 1950, 1951 a 1960 – US\$ milhões.....	45
Tabela 2 - Investimentos diretos no Brasil – 1961 a 1979 – US\$ milhões.....	53
Tabela 3 - Investimentos diretos no Brasil – Até 1995, 1997 e 2000 – US\$ milhões.....	59
Tabela 4 – Investimento Estrangeiro Direto no Brasil (IED) por período de governo – 1947-2004.....	94
Tabela 5 – Valores médios de IED e de PIB por período de governo.....	95
Tabela 6 – Transformação das variáveis lineares em logarítmicas.....	96
Gráfico 1 – Captação de recursos externos.....	76
Gráfico 2 – Composição das exportações brasileiras – FOB.....	76
Gráfico 3 – Exportação por fator agregado – FOB.....	77
Gráfico 4 – Investimentos estrangeiros diretos e necessidades de financiamento externo.....	77
Gráfico 5 – Log do PIB médio x Log do IED médio.....	97

INTRODUÇÃO

Este estudo, que se enquadra na linha de pesquisa de Relações Internacionais do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – Concentração em Relações Internacionais, enfoca a ação política – especificamente a política externa brasileira – como uma provável responsável pela volatilidade dos capitais externos em relação à conjuntura nacional.

A literatura sobre o tema é extensa, porém, aborda-o sob dois aspectos distintos: a evolução histórica dos investimentos externos no Brasil e a visão técnica e legal desses investimentos como alternativa para a escassez de recursos acessíveis no mercado financeiro local. Quanto ao formato da política externa, que pode inibir ou afastar esses investimentos, entretanto, não há uma preocupação maior dos estudiosos em correlacionar ambos os fatos.

Além disso, a importância do estudo é decorrente, sob o ponto de vista concreto, da conjunção de três fatores visíveis no cenário internacional:

- A existência de intenso volume de recursos, no período pós-globalização, destinados a investimentos em empreendimentos que possibilitem taxas de retorno mais significativas do que a simples inversão financeira;
- A exigência implícita desses investidores de um nível de segurança diferenciado e que lhes permita investir com a certeza de retorno por longo prazo;
- A percepção dos países carentes de recursos, que se organizam conforme as regras definidas por esses investidores e se transformam rapidamente nos maiores receptores desses capitais.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa será estudar os efeitos que a condução da política externa brasileira – dividida por períodos de governo, a partir de 1947 – tem exercido sobre o fluxo de capitais estrangeiros para o país.

Para que esse objetivo seja alcançado, o estudo se orientará pelo seguinte problema de pesquisa: a política externa brasileira foi favorável ao aumento de Investimento Estrangeiro Direto – IED no período 1947-2004?

Será construído um referencial teórico que fundamente a confirmação da hipótese de que uma política externa direcionada aos países desenvolvidos – e a investidores potenciais – é fundamental ao incremento dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil.

A fim de se confirmar a hipótese cientificamente, será desenvolvida uma pesquisa em duas etapas:

- Pesquisa qualitativa, desenvolvida com base na análise de conteúdo e que visa a solução da questão-problema. Como a pesquisa qualitativa é do tipo documental, os meios para a coleta de dados foram relatórios, artigos, conferências e documentos elaborados pelos agentes ou instituições vinculadas ao investimento estrangeiro direto;
- Pesquisa quantitativa, com a finalidade de confirmar quantitativamente os resultados obtidos na análise qualitativa. Embora o reflexo do IED sobre o incremento do Produto Interno Bruto – PIB possa ser percebido independentemente da análise estatística, os resultados da pesquisa também permitem confirmar o *constructo* de que a adoção de uma política externa direcionada aos países desenvolvidos atrairá maior volume de IED com conseqüente incremento do PIB.

Um objetivo mais específico do estudo, além da confirmação científica da hipótese, foi a utilização de uma metodologia que reuniu a análise qualitativa com a quantitativa, permitindo a obtenção de resultados com melhor grau de certeza e de confiabilidade.

Obteve-se como conclusão uma diretriz de política externa que pode auxiliar o governo brasileiro na ampliação da captação de recursos externos em condições mais favoráveis que as atuais e que, por conseqüência, podem permitir a melhoria das condições sociais no país.

1. METODOLOGIA DA PESQUISA

Uma pesquisa se caracteriza por um rigoroso exame de dados e observações, e, como afirma Castro (1977), é o exame e a reflexão sobre a ligação existente entre esses dados e observações que enobrece a pesquisa científica.

Ainda segundo Castro (1977), as pesquisas na área das ciências sociais têm recaído sobre temas teórico-empíricos ou indutivo-dedutivos. Tal afirmação é corroborada por Cervo e Bervian (2002), que consideram ainda a indução e a dedução como formas de reflexão e não de simples pensamento.

Assim sendo, o objetivo geral deste trabalho é estudar os efeitos que a política externa brasileira exerce sobre o fluxo de capitais externos no país. Como a literatura existente não correlaciona ambos os fatos, o estudo se constitui de uma natureza especificamente exploratória em função das seguintes peculiaridades do fenômeno:

- O fluxo de capitais externos com destino ao Brasil ocorre desde a época do Império e de uma forma cíclica, de acordo com as flutuações econômicas nacionais ou internacionais. As questões políticas, que também influenciam tais flutuações, no entanto, ficam incorporadas ao processo e se desconhece cientificamente os efeitos que tais questões exercem sobre a decisão de se investir no país;
- A importância dos governantes brasileiros adotarem uma política externa direcionada aos países desenvolvidos, a fim de incentivarem o incremento no fluxo de capitais externos.

A evidência empírica e a fundamentação teórica de tais fatos são amplas, mas com relação ao objetivo de se correlacionar a volatilidade dos capitais externos com a variação do PIB, ainda não há conhecimento aprofundado.

Complementando a formulação metodológica, o estudo visará resolver o seguinte problema de pesquisa: a política externa brasileira foi favorável ao aumento de IED no período 1947-2004?

Assim, a hipótese, de que a política externa direcionada aos países desenvolvidos e a adoção das diretrizes determinadas por um consenso internacional são componentes para a maior atratividade do capital externo, encaminha o estudo para uma definição metodológica ampla e que considere as opções disponíveis para o máximo rigor científico.

1.1. Opções de Métodos

Embora Cervo e Bervian (2002) façam uma distinção entre método – dispositivo ordenado, procedimento sistemático – e técnica – aplicação do plano metodológico e forma de executá-lo –, neste estudo será utilizada, conforme Godoy (mar/abr. 1995), a expressão método para descrever e explicar o fenômeno ou, ainda, para compreendê-lo segundo a perspectiva dos sujeitos participantes da situação em estudo.

Por ser exploratório, o estudo possui um quadro teórico específico e um método definido de acordo com a exigência e a circunstância da pesquisa. Tal possibilidade é confirmada e aplicada por Becker (1997) em seus estudos.

Dessa forma, os métodos disponíveis para aplicação com tal direcionamento são: o método qualitativo e o método quantitativo.

1.1.1. Método Qualitativo

Para Godoy (mar/abr. 1995) a denominação “pesquisa qualitativa” abriga diversos tipos de investigação: o interacionismo simbólico; a etnometodologia; o materialismo dialético; a fenomenologia; que se diferenciam de acordo com a orientação teórica e metodológica. Recomenda também que a opção pela metodologia qualitativa se faça após a definição do problema e dos objetivos que a pesquisa se propõe alcançar.

Definidos o problema de pesquisa e os objetivos deste estudo, pode-se também obter a formação de um *constructo*, no qual uma política externa alinhada atrairá um maior volume de IED e conseqüente aumento do PIB, confirmando a hipótese de que uma política externa direcionada aos países desenvolvidos e a adoção das diretrizes determinadas por um consenso internacional aumentarão a atratividade brasileira ao IED. Caso o aumento do PIB não esteja correlacionado com o volume de IED, não há a influência da política externa brasileira na atratividade do IED e a hipótese estará negada.

Como a abordagem qualitativa permite a adoção de novos enfoques face à imaginação e à criatividade dos pesquisadores, conforme afirma Godoy (mai/jun. 1995), este estudo a utilizará para verificar se as interpretações obtidas com os diversos agentes pesquisados – em relação à questão política e a volatilidade dos capitais externos no Brasil – são confirmadas pela pesquisa quantitativa.

O método a ser utilizado é o da análise de conteúdo, que, segundo Vergara (2005), é considerada uma técnica para tratamento de dados destinada à verificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema.

A análise de conteúdo, conforme Bardin (2002), se define como um conjunto de técnicas de análise de comunicações com a intenção de se obter, por descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens.

Ainda segundo Bardin (2002), a organização da análise de conteúdo se configura em torno de três etapas:

- Pré-análise: fase de organização, que corresponde a um período no qual se destacam três missões: escolha dos documentos; formulação das hipóteses e objetivos; elaboração dos indicadores que fundamentem a interpretação final;
- Exploração do material: fase de operacionalização das missões de pré-análise, da qual se poderá tomar decisões analíticas;
- Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: proposição de inferências e interpretação dos objetivos propostos.

Tendo em vista que este estudo se relaciona com a investigação de um fato ao longo de certo período, e no caso de se confirmar a autenticidade desse fato deve ser proposto um modelo de política para que não mais ocorra tal fato, a metodologia adotada tem o caráter qualitativo que reúne tanto as observações de Godoy como as de Vergara e Bardin.

1.1.2. Método Quantitativo

Os estudos quantitativos, segundo Becker (1997), explicam como raciocinar de maneira lógica e justificada, a partir de amostra bem definida sobre o universo original.

Já para Lefebvre (2002), a análise quantitativa é uma parte irredutível do fato, do conteúdo que se manifesta na série dos números.

Para que a análise quantitativa possa se viabilizar são necessárias, conforme Richardson (1999), as variáveis de pesquisa que são partes mensuráveis do fenômeno, podendo se apresentar sob diferentes valores ou agrupadas em categorias.

Ainda segundo Richardson, as variáveis devem apresentar duas características fundamentais:

- São aspectos observáveis do fenômeno;
- Devem possuir variações ou diferenças sobre o próprio fenômeno ou, ainda, em relação a outros.

Além das características fundamentais, Richardson classifica as variáveis em dois tipos:

- Variável independente: afeta uma ou mais variáveis, mas não necessita estar relacionada com as mesmas;
- Variável dependente: que é afetada ou influenciada pela variável independente.

Ainda com relação ao tratamento quantitativo das variáveis, Castro (1977) considera a necessidade de se empregar técnicas estatísticas com tratamento metodológico aceitável e sugere, para o caso de duas variáveis quantificáveis, a análise de correlação ou a análise de regressão.

Neste estudo, que se propõe a investigar a influência da política externa brasileira sobre os fluxos de capitais externos direcionados para o Brasil e a confirmar quantitativamente os resultados obtidos na análise qualitativa, estão identificadas as duas variáveis de pesquisa: a variável independente será o volume de IED ingressado a

cada período de governo, enquanto que a variável dependente será o PIB brasileiro em iguais períodos.

Para que a análise estatística seja metodologicamente aceitável, como Castro recomenda, Wonnacott (1976) afirma que a análise de regressão se destina a descrever a relação entre duas ou mais variáveis, como, por exemplo, o consumo se relaciona com a renda.

Por outro lado a análise de correlação, também segundo Wonnacott, apresenta o grau de relacionamento entre as variáveis, ou seja, quanto as variáveis variam juntas.

Como neste estudo há um interesse de causa e efeito – política externa brasileira influenciando a atratividade de IED –, e Wonnacott considera a correlação menos poderosa, será adotada a análise de regressão.

A ferramenta adotada é confirmada por Mayo (2004) como uma técnica estatística capaz de medir sensibilidades históricas, e reforça a idéia de que a análise de regressão proposta no estudo conseguirá detectar a influência do IED sobre o PIB brasileiro.

2. A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO E A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este capítulo do estudo se destinará à verificação da disponibilidade de um modelo de Estado capaz de atuar sob forma política equilibrada, ou seja, atendendo às necessidades internas mínimas e, simultaneamente, sintonizado com a nova ordem econômica internacional, de forma a possibilitar a atração de capitais externos destinados à ampliação do desenvolvimento. Para que isso seja possível, será utilizada a literatura política clássica e contemporânea, tendo como critério na apresentação dos autores a ordem cronológica dos temas abordados pelos pensadores. Em outro capítulo, destinado à análise da questão política como redutora do fluxo de investimentos internacionais, será ampliada a análise pela inclusão de outros pensadores.

2.1. Pensadores Políticos Clássicos

A organização política do Estado tem origem na Antigüidade com Aristóteles – discípulo de Platão, que já havia escrito o diálogo *A República* –, cuja obra voltava-se para a organização das cidades-estado e vai dar origem à ciência política.

Aristóteles tratou o termo *política* como a ciência da felicidade humana, que consistia na própria maneira de viver, no meio que circunda o homem, nos costumes e nas instituições adotadas pela comunidade.

Assim, a visão aristotélica da política estaria voltada para a descoberta da forma de vida que conduz à felicidade humana – situação material – e para a forma de governo e instituições sociais capazes de assegurarem tal situação material. As relações sociais

são tratadas pela ética enquanto que a forma de governo se obtém pelo estudo das constituições das cidades-estado – matéria exclusiva da política.

Na Idade Média não há registro importante de evolução na concepção política – muito embora no aspecto cultural nomes como Dante Alighieri, Eckart, Giotto, Bocaccio, se destacassem significativamente – e, na Idade Moderna, Nicolau Maquiavel se inspira na teoria política aristotélica, partindo das diversidades históricas e culturais entre as “polis” gregas (cidades-estado) e os estados europeus independentes (particularmente as cidades-estado italianas do início da Idade Moderna), para escrever duas importantes obras políticas: Os Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio e O Príncipe.

No livro sobre Tito Lívio, segundo a Enciclopédia Britânica (1964, p. 576), Maquiavel busca inspiração na obra História – livro VI, de Políbio (historiador grego que viveu em Roma no século II a.C.) –, para analisar as diferentes formas de governo que podem ser exercidas por um número distinto de cidadãos. Sugere então a constituição da República Romana, considerada ideal porque se trata de um governo ao mesmo tempo aristocrático e popular, na qual o conflito social entre patrícios e plebeus foi perfeitamente administrado, atendendo simultaneamente ao bem público e à liberdade.

Dentre as diversas formas de governo – monarquia; tirania (derivação absolutista da monarquia); aristocracia; teocracia (derivação absolutista sob comando religioso); oligarquia; democracia; anarquia (ausência de governo) – a administração do Estado na concepção aristotélica deveria se configurar como uma aristocracia constitucional (por considerar a sucessão de poder viável através de eleições regulamentares), enquanto que Maquiavel – já na obra O Príncipe – se simpatizava com uma monarquia despótica.

No contexto dessas obras de Maquiavel há uma dualidade entre o autor dos Discursos – homem honesto e bom cidadão, amante da liberdade – e o autor de O Príncipe – homem ligado à casa dos Médici – que ocorre em função da sua constatação de que a Europa estava mudando profundamente: vários reinos, como a França, a Inglaterra, a Espanha transformavam-se em grandes Estados territoriais modernos e eram motivos da sua profunda admiração, enquanto que, por outro lado, as cidades italianas, como as repúblicas de Gênova, Florença e Veneza, eram governadas por senhores temporários e eletivos, muitos deles de forma ilegítima e motivo de crises constantes e de instabilidade permanente.

Em O Príncipe (1996), obra posterior aos Discursos, convém destacar que Maquiavel partiu de uma realidade política existente na Itália – as cidades-repúblicas – e do seu grande desejo de encontrar um príncipe que unificasse o país. Seu objetivo era oferecer a esse líder uma receita para conquistar, conservar e fortalecer o poder, de uma forma simples e livre dos empecilhos morais e religiosos.

Assim, Maquiavel iria distinguir dois tipos de Estado: o Principado, que seria governado por uma só pessoa, e a República, governada por várias pessoas, mas que poderia ter características aristocráticas ou democráticas. Referia-se então aos novos principados (legítimos e não mais herdados), que podiam ser conquistados pela "virtude", pela "fortuna", pela violência ou pelo voto dos cidadãos.

Os conceitos da "virtude" (energia, coragem, vigor, talento e valor pessoal) e da "fortuna" (destino e sorte) são muito importantes na concepção de Maquiavel. A capacidade e o êxito do príncipe para manter o controle do Estado e do poder, serão facilitados através da utilização desses conceitos. Em função disto, os fins irão justificar os meios e passa a ser válida qualquer ação destinada a alcançar os mais diferentes

objetivos. Dessa forma, Maquiavel utilizou o exemplo de Rômulo que, matando seu irmão Remo, estaria agindo para consolidar o Estado romano, não podendo, portanto, ser condenado, uma vez que seus fins eram morais e em benefício do próprio Estado.

Maquiavel, em face do exemplo de Rômulo, passou a considerar que as qualificações de um bom governante se relacionam com a manutenção do poder, mesmo que tenha cometido atos criminosos para a sua conquista. Essa consideração, que se desvincula da visão ética e moral, vai ser inspiradora e base para as ações dos monarcas absolutistas da Europa Moderna, e, ao mesmo tempo, transforma o nome Maquiavel em uma conotação antiética e imoral.

Na metade do século XVII, uma nova obra vai se tornar um importante referencial para a evolução do pensamento político. Trata-se do *Leviatã* de Thomas Hobbes (1651), no qual a necessidade de um Estado absoluto e forte fica evidenciada, pela instabilidade política que vigorava na sociedade inglesa, face à supremacia da Igreja medieval.

A visão hobbesiana do poder político aborda a instância que se estabelece entre os homens em qualquer sociedade, envolvendo e movendo povos e nações, focando-a como o principal meio que origina e dá coesão às relações sociais.

Hobbes ao longo do *Leviatã* transmite a preocupação de se colocar o indivíduo social – ser humano e suas relações sociais – como principal referencial na concepção do Estado.

Assim, Hobbes desenvolve idéias sobre o homem como ser desejante – que busca permanentemente os objetos de desejo cada vez mais ampliados – e apresenta a sua principal proposição sobre a natureza humana: o desejo do homem pelo poder.

De um perfeito entendimento sobre o desejo pelo poder, como forma de sobrevivência contínua, Hobbes deduz a essência do Estado como uma entidade composta pela soma dos poderes individuais dos homens em sociedade. No momento em que o coletivo predomina sobre o individual, é que ocorre a passagem do “Estado de Natureza” – no qual não há um governo efetivo para impor a ordem – para o “Estado de Sociedade” – no qual o individual é superado pelo coletivo.

Dessa forma o Estado é a solução para o instável “estado de natureza” dos homens, sendo que o contínuo impulso para se conquistar poder é uma das principais causas que inviabilizam a vida do homem também no “estado de sociedade”.

No final do século XVII, como uma provável consequência do Leviatã, ocorre na Inglaterra (1688) a Revolução Gloriosa e o Rei Guilherme III é entronizado no parlamento jurando respeitar a Carta Magna, fato que é o marco inicial da derrocada absolutista.

Surge então, em 1690, a obra de John Locke denominada Dois Tratados sobre o Governo. No primeiro tratado, Locke se restringe a refutar as idéias de Robert Filmer – na obra Patriarcha, do original inglês de 1680 – sobre o direito divino dos reis. Para Locke esta idéia significaria igualar os tiranos aos príncipes legítimos.

É no segundo tratado, entretanto, que Locke discute a natureza e os limites da autoridade política. Partindo do “estado de natureza” hobbesiano, Locke considera que os homens nascem livres, independentes e seriam governados pela própria razão. Nesse contexto, o único direito reconhecido é o que proíbe ao homem roubar ou destruir a vida, a liberdade e a propriedade dos outros – denominado direito natural.

Assim, a função Governo, segundo Locke, estaria limitada a garantir o respeito pelos direitos naturais dos cidadãos – a vida, a liberdade e os bens.

Por fim, Locke observa que o bem público deve servir às realizações individuais e não a fins coletivos indefiníveis. Tais observações fazem com que Locke seja considerado como o principal fundador do liberalismo.

No século XVIII, a obra de Jean-Jacques Rousseau – subdividida em duas partes – vai inspirar importantes reformas políticas ao efetuar uma reflexão entre a natureza das relações sociais e a origem do Estado.

Em sua primeira parte – Tratado sobre Economia Política, de 1755 – Rousseau vai buscar meios para minimizar as injustiças que resultam da desigualdade social, recomendando três caminhos:

- Igualdade de direitos e deveres políticos, ou o respeito por uma "vontade geral" de acordo com o qual a vontade particular dos ricos não desprezaria a liberdade ou a vida de ninguém;
- Educação pública para todas as crianças, baseada na devoção pela pátria e em austeridade moral de acordo com o modelo da antiga Sparta;
- Um sistema econômico e financeiro combinando os recursos da propriedade pública com taxação sobre as heranças e o luxo.

Na segunda parte da obra, a teoria política de Rousseau é uma síntese de Hobbes e de Locke. Em Sobre o Contrato Social, de 1761, Rousseau desenvolveu os princípios políticos que começam a discutir a desigualdade entre os homens como um fato irreversível e que tenta responder a questão do que induz um homem a obedecer a outro homem, ou, por que direito um homem exerce autoridade sobre outro.

O contrato social para Rousseau seria uma livre associação de seres humanos inteligentes, que deliberadamente resolveriam formar certo tipo de sociedade e à qual passam a prestar obediência mediante o respeito à vontade geral. O seu Contrato Social,

ao considerar que todos os homens nascem livres e iguais, encara o Estado como objeto de um contrato no qual os indivíduos não renunciam a seus direitos naturais, mas, ao contrário, entram em acordo para a proteção desses direitos, os quais o Estado é criado para preservar.

O Estado então seria a unidade e, como tal, expressaria a "vontade geral". Esta vontade, porém, é posta em contraste e se distingue da "vontade de todos", a qual é meramente o agregado de vontades.

Locke já tinha assumido que a vontade da maioria deve ser o correto – vontade de todos. Rousseau questionou essa postura, argumentando que os indivíduos que compõem a maioria podem desejar algo contrário aos objetivos e necessidades do Estado, para com o bem comum. A vontade geral asseguraria a liberdade, a igualdade e a justiça dentro do Estado, não importando a vontade da maioria.

Dessa forma, no Contrato Social, a soberania individual seria cedida para o Estado na forma que esses objetivos pudessem ser atingidos. Por isso, a vontade geral dotaria o Estado de força para atuar em favor das teses fundamentais, mesmo que isto significasse estar contra a vontade da maioria em alguma questão particular.

Os princípios de liberdade e igualdade política, formulados por Rousseau, foram componentes importantes para os setores mais radicais da Revolução Francesa e a inspiraram na segunda fase, quando foram destruídos os restos da monarquia e foi instalado o regime republicano. A parte mais destacada nessa república foi o quesito para banir estranhos à religião do Estado e para punir com a morte os que não fossem partidários desse projeto.

Estes princípios de Rousseau, embora significativos para o fim do absolutismo, também podem ser considerados como uma inspiração do autoritarismo uma vez que

aceita a inevitabilidade da guerra em uma sociedade de Estados – princípio realista baseado em Maquiavel e Hobbes.

2.2. A Relevância Contemporânea do Pensamento Clássico

Diversos acontecimentos contemporâneos acarretaram algumas mudanças relacionadas à posição dos principais pensadores clássicos analisados no item anterior. O colapso do comunismo soviético e a desintegração do socialismo como modelo para uma ordem social alternativa, mais recentemente, causaram uma reviravolta na concepção política dos Estados e um retorno ao pensamento liberal, que havia sido deixado à margem pelo pensamento realista no período da Guerra Fria (entre o final dos anos 1940 e o final dos anos 1980).

Hannah Arendt em sua obra *Origens do Totalitarismo*, de 1951, foi a primeira pensadora política contemporânea a perceber que o imperialismo não se limitava ao expansionismo dos grandes grupos econômicos. Por mais poderosas e ambiciosas que pudessem ser as grandes corporações, não tinham suficiente capacidade para mover uma nação inteira a favor de uma guerra, de conquista ou de ocupação, se não contassem com a simpatia e o ardor da multidão local.

Ficava assim realçada a singularidade do totalitarismo, como uma forma de governo baseada na organização burocrática de massas e apoiada no emprego do terror e da ideologia. A teoria política clássica e moderna sempre viu o totalitarismo como algo que se origina de fora – como um despotismo oriental –, mas foi a inesperada outra face da modernidade ocidental que possibilitou a democracia, a prosperidade econômica e os direitos humanos.

Dessa forma, pelas idéias de Arendt, a desgraça política do século XX não se deve exclusivamente aos regimes totalitários que tiraram a liberdade como característica primordial do político, mas, sim, o fato de que seu aparecimento também pode vir a contagiar os partidos políticos de origem liberal.

Douglas Cecil North – Prêmio Nobel de Economia de 1993, em conjunto com Robert William Fogel – desenvolveu a Teoria da Evolução Institucional, que se tornou referência para o estudo do desenvolvimento econômico no longo prazo.

Ao longo da sua obra de vinte anos, em vários estudos, North procurou demonstrar como o crescimento de uma sociedade é condicionado pela constituição e evolução das suas Instituições.

North considerou que as Instituições podem ser formais – leis e constituições organizadas ou impostas por um Governo – e informais – normas ou códigos de conduta estabelecidos na sociedade.

No modelo de 1990 – transformado em teoria, lhe rendeu a láurea máxima –, North abandona o estudo da evolução das Instituições, como a forma histórica adotada pelos homens para o estabelecimento da ordem social, e teoriza sobre a diminuição dos custos de transação que as Instituições trazem para o sistema econômico.

Então, North classifica a incerteza como o agente fundamental para o aumento dos custos de transação, uma vez que dificulta ou impossibilita transações econômicas livres em função do grau de desconhecimento existente entre os agentes da transação.

Dessa forma, os custos de transação se classificam em dois tipos:

- De medidas: dificuldade dos agentes em conhecer o objeto da transação;
- De execução: dificuldade dos agentes sobre a legitimidade da transação, que impediria a propriedade legal.

Diante dessas dificuldades nas transações, face à incerteza nelas envolvida, é que North desenvolve o conceito de que às Instituições caberá o papel de diminuir o custo das transações pela diminuição das incertezas.

Para completar o modelo, North denomina as Organizações – políticas, econômicas, sociais, educacionais – como os principais agentes da sociedade e a parte complementar do conjunto integrado pelas Instituições – que estabelecem as regras – e pelas Organizações – que atuam seguindo tais regras.

Assim, a partir da integração das ações entre Instituições e Organizações, North propõe a dinâmica que será responsável pela evolução institucional e pelo desempenho econômico das sociedades ao longo do tempo.

Ocorre que o mundo atual está sem o comando da sociedade, já que há uma impossibilidade de qualquer governo – no competitivo ambiente dos mercados globais – conseguir reformar o mercado de trabalho e o sistema de proteção social, a fim de gerar emprego e de tratar das questões relacionadas com a criminalidade e a imigração. Diante disso, os Estados têm que conviver com a dualidade de uma sociedade global rica em contraposição com sociedades sem alternativas de sobrevivência.

Sobre a questão do poder na sociedade, convém citar, para melhor entendimento, a idéia de Anthony Giddens – Sociólogo e Professor da Universidade de Cambridge – a respeito dos dois tipos de refinamento conceitual necessário para um significado “universal” do poder:

- O poder deve estar relacionado aos recursos que os agentes empregam ao longo de suas atividades para concluir o que se quer fazer;
- O poder se relaciona aos meios de domínio sobre as atividades dos seres humanos.

Dessa conceituação sobre poder oferecida por Giddens, pode-se verificar que a existência de recursos é fator determinante para a execução dos programas de governo e a manutenção do poder.

A não existência desses recursos internamente, leva à busca externa dos mesmos e à sujeição das regras internacionais que direcionam os fluxos de recursos.

Para aumentar a atratividade a esses recursos, não basta a existência de bons indicadores econômicos, mas, fundamentalmente, a estabilidade política.

2.3. A Evolução das Relações Internacionais

As relações internacionais se iniciam com o sistema de Estados, formulado na Europa a partir do século XV, que se caracterizava como um sistema anárquico e no qual as unidades eram soberanas. Tais características faziam parte do conjunto teórico de Maquiavel – cujo enfoque era o estudo do poder formalizado na instituição do Estado –, e estabeleceram um padrão de relacionamento entre os Estados e o início da distribuição do poder internacional.

O pensamento das relações internacionais inicialmente estava então marcado pelo dilema da ordem ou da governabilidade em um sistema anárquico. A constituição do sistema de Estados instaurou tal dilema, na medida em que estabelecia o princípio da soberania nacional.

Assim, o baixo grau de governabilidade no sistema internacional seria o lado oposto do alto grau de respeito à autonomia do Estado em questões domésticas e externas.

A Paz de Westphália, de 1648, foi um conjunto de tratados diplomáticos que garantiu o direito de cada Estado manter seu regime e religião sem interferência externa, que reconheceu o Estado como poder supremo dentro de fronteiras estabelecidas e que encerrou um período no qual prevalecia o poder transnacional da Igreja.

Esse contexto dá lugar às noções de Estado e do balanço de poder, instrumentos decisivos para a formulação e a implementação da política internacional, caracterizando a corrente Realista de pensamento das relações internacionais.

Em paralelo ao desenvolvimento do pensamento realista, o jurista holandês Hugo Grotius, em 1625, escreve a sua obra mais importante – Sobre o direito de guerra e de paz – na qual afirma que as relações entre os países deveriam fundamentar-se em sua independência e igualdade. Desenvolveu, ainda, a doutrina da guerra justa, como meio de obter reparação quando não existissem tribunais competentes para resolver os litígios.

Dessa forma, estava caracterizada a noção de um “contrato moral” que vincularia as nações pelos laços da justiça.

A escola inglesa do pensamento das relações internacionais tem uma discussão em torno do conceito de sociedade internacional, definido por Grotius ainda no século XVII. Tal conceito permitia a compreensão da formação de normas internacionais tácitas ou explícitas, ou seja, instituições internacionais, trazendo para o campo das relações internacionais o debate sociológico sobre a origem das normas sociais. Assim, ficou enfatizada a formação de uma "cultura internacional”.

Por tais idéias, Grotius foi considerado fundador do direito internacional e exerceram grande influência sobre o pensamento racionalista e iluminista do século XVII.

Em 1795, o filósofo alemão Emmanuel Kant publicou a obra *Ensaio Filosófico sobre a Paz Perpétua*, na qual transmite a forte inspiração racionalista e aborda a sociedade mundial como um fator primordial.

Kant assinalava que assim como os homens livres se associam para instaurar a paz, os Estados deveriam se confederar para instituir a paz perpétua. Dessa forma, estaria sendo organizada uma federação de paz diferente do pacto de paz uma vez que este simplesmente procura colocar fim a uma guerra, enquanto aquela intenta acabar com todas as guerras para sempre.

A ênfase seria na aliança e no pacto, e o próprio texto foi redigido sob a forma de um Tratado, contendo artigos preliminares, artigos definitivos, cláusulas secretas e apêndice.

Como a paz surgiria de um pacto, e, portanto, fruto de decisão racional, Kant estabeleceu como premissa o fato de que a paz não seria natural, mas sim instaurada. Como a omissão de hostilidades não seria ainda a garantia da paz, deveria ser apresentada a forma que consistiria no estado de paz internacional.

Para caracterizar o pensamento kantiano das relações internacionais e da sociedade mundial, a idéia de que todo Estado e seus governantes têm o desejo de alcançar a paz através da conquista do mundo reafirma o aspecto revolucionista da obra de Kant.

Mesmo que o modelo de soberania externa absoluta e a ausência de normas no sistema internacional tenha sido um ideal que a realidade da política internacional jamais confirmou, grande parte do debate entre diferentes correntes da disciplina de relações internacionais tem girado em torno do conceito de anarquia e das possibilidades de ordem, de cooperação e de ação coletiva nesse contexto.

Já no século XX a evolução das relações internacionais foi marcada por fatos de grande repercussão: duas guerras mundiais, a fundação da Organização das Nações Unidas – ONU, a guerra fria e a intensificação do processo de globalização.

Os estudos dessa área do conhecimento somente se intensificaram após o término da 2ª Grande Guerra. Stanley Hoffmann – Professor de Harvard e pesquisador da área – afirmou que as relações internacionais podem ser consideradas como um campo autônomo dentro da também indefinida e abrangente ciência política.

A visão de Hoffmann no início dos anos 1960, quando as relações internacionais ainda se organizavam como uma disciplina, se dirigia ao fato de que seria da política, e não da economia, a diretriz principal para a composição do núcleo dessa disciplina. Isto se fundamentava na observação de que as relações internacionais – como as demais relações sociais – ocorriam entre os homens e não entre forças impessoais. Daí a convicção de que, através dos valores e instituições dos homens e das idéias e atos de seus líderes, haveria a influência dos fatores do meio material sobre a política internacional.

Para Hoffmann, assim, a política seria uma atividade com um objeto enquanto que a política internacional implicaria a formulação de poder, não devendo, portanto, restringir-se apenas a pesquisas estritamente científicas.

Dessa forma, Hoffmann considerava que as relações internacionais poderiam ser estudadas por tipos de relações entre Estados que compõem os sistemas internacionais: o conflito armado, o processo de equilíbrio, o direito internacional, as relações entre unidades distintas – um império com uma cidade-estado, o Estado multinacional e um Estado nação.

Ao se comparar os sistemas internacionais, também poderiam ser estudados os diversos tipos de políticas externas – das nações em períodos em que perdem a sua influência; as nações criadas recentemente; os problemas dos Estados poderosos que, ao tentarem manter o equilíbrio de poder, necessitam constantemente achar meios de conter as disputas entre os próprios aliados; o papel dos fatores econômicos “objetivos” e os grupos de pressão.

Passados alguns anos, sem que essa visão de Hoffmann fosse contestada, a teoria das relações internacionais está definida como um conjunto coerente e sistemático de proposições que têm por objetivo esclarecer a esfera das relações sociais, denominadas de internacionais.

Foi, realmente, a partir do aparecimento das armas nucleares; da evolução das organizações internacionais governamentais e não-governamentais; da bipolarização do sistema internacional, com base em antagonismo ideológico; da descolonização e nascimento de inúmeros Estados; do distanciamento entre países industrializados e em vias de desenvolvimento; do desenvolvimento de interações transnacionais com o surgimento de novos atores internacionais, tais como as empresas multinacionais; da interligação da política interna dos países com a política internacional; que as relações internacionais se alargaram e passaram a conhecer, inclusive, um crescimento da sua elaboração teórica.

Um modelo explicativo das relações internacionais – inspirado nos pensadores clássicos e contemporâneos – foi apurado por este estudo, confrontando-se paradigmas opostos e heterogêneos, e será apresentado a seguir:

- O primeiro modelo – que se denomina Paradigma Realista – vê nas relações internacionais uma relação entre países de base conflitual, colocando-se a

sociedade internacional em estado de alerta e no qual cada ator busca o interesse do seu próprio país. Nesse contexto, as relações internacionais são determinadas pelas relações de força existentes entre os países;

- Um segundo modelo – Paradigma da Interdependência – põe em relevo as forças transnacionais de ordem econômica, social, técnica e cultural, que, por envolverem diversas sociedades, escapam ao controle dos governos e reduzem a sua margem de manobra sobre as mesmas. Estas interações de forças crescem vertiginosamente com a evolução da humanidade, fazendo com que a lógica da interdependência conduza as relações internacionais para um sistema no qual as interações cooperativas assumam um papel muito mais importante do que as relações conflituais;
- Um outro modelo – Paradigma da Dependência, originado da visão marxista das relações sociais – considera as relações internacionais uma expressão do funcionamento e da evolução do sistema capitalista internacional.

Dessa forma, é dada maior importância às interações de ordem assimétrica que apontam para uma dependência da periferia subdesenvolvida, subordinada ao centro industrializado e imperialista.

Entretanto, foi a partir da década de 1990 que a Organização das Nações Unidas-ONU – única organização de Direito Internacional Público universal e não-especializada, cujos Estados-Membros integram com igualdade de voto a Assembléia Geral na qualidade de órgão supremo –, por sua representatividade contextual, passou a ser a única instituição competente e tematicamente ajustada – pelas disposições da sua constituição – para regulamentar em escala mundial todas as matérias diversificadas e interligadas com efeitos no campo social.

E foi através de conferências temáticas globais – que passaram a compor a agenda social da ONU – que os Estados se comprometeram a apresentar relatórios sobre os esforços nacionais empreendidos nas matérias tratadas, reconhecendo de maneira consensual o dever de prestar contas à comunidade internacional sobre a sua atuação doméstica diante dos temas que anteriormente consideravam de sua competência soberana irrestrita.

3. A QUESTÃO POLÍTICA COMO REDUTORA DO FLUXO DE INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS

Para Oliveira (2005) a política externa é uma das áreas das relações internacionais com ênfase no papel do Estado e, assim, o elemento central de uma análise sobre a política externa deve ser a ação estatal e os elementos de conflito e de interesse que condicionam essa ação. Portanto, ao representar os interesses e objetivos do Estado no plano internacional, a definição e a implementação da política externa passam a ser prerrogativa exclusiva do Estado.

Em um cenário internacional marcado pela integração de mercados e pelo volumoso fluxo de capitais, os formuladores da política externa de um país não desenvolvido – como o Brasil – se deparam com uma inquietante e desafiadora questão: manter a nação autônoma, não permitindo a ingerência externa mas convivendo com enormes dificuldades financeiras, ou, tornar a nação alinhada ao poder internacional dominante, atendendo as regras dos grandes investidores e recebendo volume de capitais suficientes para impulsionar o seu desenvolvimento.

Sob esse paradoxo, este capítulo visa apresentar a distinção entre a política externa autônoma e a alinhada, bem como, apoiando-se em análise qualitativa de dados, sobre o comportamento histórico da política externa brasileira diante dessa questão, discutir sobre qual seria a melhor opção do país para a questão paradoxal do seu setor externo.

Adicionalmente, um outro componente surge como agente definidor da questão política – o Consenso Internacional – e que também será discutido em relação à volatilidade dos capitais internacionais.

3.1. Análise Qualitativa da Política Externa Brasileira

A análise qualitativa, como já mencionada, desenvolve-se com base na análise de conteúdo e visa a solução do problema de pesquisa caracterizado como: a política externa brasileira foi favorável ao aumento de IED no período 1947-2004?

Pela revisão da literatura, verificou-se que alguns acontecimentos contemporâneos – o colapso do comunismo soviético e a desintegração do socialismo como modelo para uma ordem social alternativa – causaram uma reviravolta na concepção política dos Estados e um retorno ao pensamento liberal.

Assim, embora a pesquisa seja exploratória, a análise qualitativa visa também confirmar as constatações obtidas na revisão da literatura.

Como a análise é do tipo documental, os meios para a coleta de dados são relatórios, artigos, conferências e documentos elaborados pelos agentes ou instituições vinculadas ao investimento estrangeiro direto. Foi estabelecida então uma grade aberta de análise, sendo definidas as seguintes unidades de pesquisa:

- A expressão atratividade de IED;
- A expressão alinhamento da política externa;
- A expressão requisitos para maior atratividade ao IED;
- A expressão direcionamento do IED;
- A expressão aumento do PIB;
- A expressão diminuição do PIB;
- A expressão desenvolvimento econômico;
- A expressão crescimento econômico;
- A expressão crise econômica.

Os documentos que serviram de base para a pesquisa foram obtidos em sítios pré-definidos da Internet (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento – OCDE; Fundo Monetário Internacional – FMI; Banco Mundial – BIRD; Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL; Ministério das Relações Exteriores do Brasil).

Ao longo da pesquisa, os documentos foram separados por décadas e identificados de acordo com o período de cada governo. Eventualmente um documento poderá servir à análise de um ou mais governos, dependendo da abrangência desse documento.

A fim de permitir uma adequação com a análise que se pretende realizar na etapa subsequente – a análise quantitativa relacionada com a evolução dos investimentos estrangeiros diretos e o incremento do PIB brasileiro – torna-se necessária a fixação de um objetivo específico para esta análise: localizar documentos que evidenciem a linha da política externa de cada governo brasileiro contido no período em análise.

Os indicadores que podem permitir uma melhor interpretação analítica também foram estabelecidos: o Alinhamento aos países desenvolvidos – em especial com os EUA, pela sua predominância internacional no período pós-2ª Guerra Mundial – e a Autonomia na condução da política externa – também denominada como política externa independente.

O material obtido foi organizado em ordem cronológica, de acordo com as categorias de análise, sendo possível um rearranjo para o estabelecimento das seguintes categorias finais de análise:

- Investimento Estrangeiro Direto – IED e a sua correspondência em inglês *Foreign Direct Investment* – FDI;
- Política externa alinhada;
- Política externa autônoma.

3.2. Alinhamento e Autonomia

O entendimento do significado das duas formas de política a serem analisadas tem por finalidade permitir um melhor direcionamento das diversas opiniões existentes.

Assim, por Alinhamento considera-se a possibilidade de se estar em sintonia com uma determinada linha de atuação – esta é uma definição *lato sensu*. No caso específico da política externa, entende-se o Estado sintonizado com o pensamento dominante ou com as diretrizes predominantes nos países mais desenvolvidos.

Já por Autonomia deverá ser entendida a faculdade de um Estado promover seus interesses – conjunto de atividades políticas que caracteriza a política externa – junto a outros Estados.

Bobbio (2001) analisando os limites externos do Estado, afirma que nenhum Estado está só e que todo Estado existe ao lado de outros, configurando uma sociedade de Estados. Ainda que em termos jurídicos, afirma que o alinhamento entre Estados é figura comum desde tempos remotos.

Sanguinetti (2000), por outro lado, afirma que o Estado exerce o poder supremo, caracterizado por uma instituição autônoma, perfeita e que não reconhece nenhuma outra sobre si. É a idéia da superioridade absoluta, que se manifesta pelo poder exercido pelo Estado moderno.

Bastos (2002, p.237) ensina que “soberania da União é a pessoa jurídica de direito público com capacidade política, dotada no campo interno de autonomia e no campo externo de soberania”. Dessa forma, para Bastos, soberania é o atributo que se confere ao poder do Estado em virtude de ser ele juridicamente ilimitado, e, autonomia é a área de competência circunscrita pelo Direito.

Assim, na atualidade há uma distinção entre o Estado autônomo ser capaz de se conduzir pelos seus próprios meios de subsistência – sendo também soberano nas suas decisões de toda ordem –, e, o Estado estar alinhado ao poder dominante e seguir as regras desse poder maior, por não dispor dos recursos necessários às suas necessidades.

Como a dinâmica do cenário internacional está regida pelos fluxos financeiros internacionais – nos quais a maior participação está reservada para os países com maior atratividade, determinada por uma série de fatores e que, inclusive, fez com que a China adotasse um sistema econômico caracterizado como Socialista de Mercado, a fim de poder melhorar a sua atratividade – e não há muito espaço para se impor a vontade política de um Estado isoladamente, pode-se afirmar que o cenário internacional está orientado para uma ação política com limites de autonomia.

Restaria, então, aos países cuja atratividade é inferior à dos demais concorrentes, buscar o alinhamento necessário para a satisfação das suas necessidades e que possibilitaria a continuidade do Estado e da sua respectiva política externa.

3.2.1. A Política Externa Brasileira e o Alinhamento

Sendo o Brasil um país de limitada capacidade financeira para impulsionar seu processo de desenvolvimento econômico, evidencia-se a possibilidade da política externa ser conduzida pelo alinhamento, daí esta análise se posicionar anteriormente.

Como o alinhamento da Política Externa Brasileira – PEB tem fases distintas, e para facilitar o desenvolvimento da análise qualitativa, foi conveniente a separação por épocas e respectivos governos a fim de se observar a continuidade ou, inclusive, possíveis variações na forma desse alinhamento.

3.2.1.1. O Estado brasileiro alinhado no pós-2ª Guerra

Desde o final do século XIX a PEB foi marcada por intenso relacionamento com os Estados Unidos da América – EUA, segundo Castro (2000).

O final da 2ª Guerra é marcado pelo surgimento de um novo quadro político-econômico, tendo os EUA como seu grande mentor em função dos fatos decorrentes desse conflito bélico. Nesse período, então, Castro afirma ter sido dos mais completos o alinhamento do Brasil com os EUA, independente da questão econômica e voltado para o surgimento da bipolaridade entre EUA e a União Soviética.

Ao participar da constituição do FMI, o Brasil se comprometeu a seguir políticas cambiais compatíveis e aceitou a supervisão do Fundo bem como as suas recomendações. Nas sessões VIII e IX do Conselho Econômico e Social da ONU, os EUA prepararam um programa de financiamento para desenvolvimento econômico e outro para a expansão da assistência técnica. O Brasil declarou-se a favor da proposta norte-americana e o Presidente Dutra visita (em maio de 1949) e ratifica a amizade com os EUA, recebendo do Presidente Truman a confirmação do interesse de seu país para com o desenvolvimento econômico-social do Brasil. A década de 1940 reflete um total alinhamento do Brasil com os EUA

Quadro 1 – Registros da Década de 1940 (pós-2ª Guerra Mundial)

<u>DOCUMENTO</u>	<u>REGISTROS</u>
Constituição do FMI	<p>No item IV da seção 1 do artigo IV – Obrigações referentes a regimes de câmbio, os países membros se comprometem a seguir políticas cambiais compatíveis com as obrigações que se referem à seção.</p> <p>Pelo item b da seção 3 do artigo IV, o Fundo exercerá uma firme supervisão das políticas de câmbio dos países membros e adotará princípios específicos que sirvam de orientação a todos com relação a estas políticas.</p>
Conselho Econômico e Social – ONU	<p>Na VIII Sessão do Conselho Econômico e Social da ONU (fevereiro a março de 1949), o Delegado dos EUA apresentou o programa de assistência técnica e foram aprovadas duas resoluções: uma sobre a preparação de estudos sobre métodos de financiamento para o desenvolvimento econômico a fim de facilitar o fluxo de capitais privados, e, uma outra, para a formulação de um plano para expansão dos serviços de assistência técnica.</p> <p>Na IX Sessão (julho a agosto de 1949), foram debatidos os princípios que norteariam a concessão de assistência técnica e o Brasil verificou que as vantagens desse programa seriam muito interessantes para o país, cabendo ao Itamaraty a elaboração de um plano básico.</p>
Visita do Presidente Dutra aos EUA – maio/1949	<p>O Presidente Dutra destacou a tradicional amizade entre o Brasil e os EUA, fundada em identidade de propósito e harmonia de interesses, sentimentos que, no campo internacional é a maior garantia de bom entendimento e de compreensão entre as demais nações.</p> <p>O Presidente Truman reafirmou o interesse dos EUA no maior desenvolvimento econômico e progresso social do Brasil, ficando assentado que teriam imediato início as negociações para a conclusão de um tratado para estimular as aplicações de capital norte-americano no Brasil.</p>

Fontes dos documentos: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/aa/spa/aa.pdf>, acesso em 03/03/2006 - 13h40min; <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1812/000045.html>, acesso em 02/03/2006 - 19h10min; <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1812/000014.html>, acesso em 02/03/2006 - 19h35min.

A Tabela 1, a seguir, mostra o incipiente volume dos investimentos diretos no Brasil, que até 1950 havia acumulado pouco mais de US\$ 300 milhões para um PIB nesse ano de US\$ 15 bilhões, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (1989).

Tabela 1 – Investimentos diretos no Brasil – Até 1950 e de 1951 a 1960 – US\$ milhões

País	Até 1950	% sobre total	1951 - 1960	% sobre total
Alemanha	-	-	109,22	11,42
Canadá	94,00	30,61	53,97	5,64
Estados Unidos	97,95	31,89	407,93	42,66
França	5,02	1,63	28,23	2,95
Itália	8,71	2,83	5,26	0,55
Japão	2,61	0,85	28,79	3,01
Reino Unido	25,00	8,14	49,36	5,16
Demais	73,83	24,04	273,57	28,61
Total	307,12	100,00	956,33	100,00

Fonte dos dados primários: Banco Central do Brasil

Além disso, verifica-se que até 1950 os países desenvolvidos – com exceção da Alemanha, que ainda não havia efetuado investimentos no país – compareciam com praticamente 3/4 desses investimentos, destacando-se que os Estados Unidos – ao qual o Brasil se alinhara desde o final da 2ª Guerra – eram isoladamente responsáveis por quase 1/3 do total investido.

A recomendação da CEPAL, para que fosse implementada a industrialização sob a forma da substituição de importações, demonstra a necessidade de maior aproximação com os países industrializados.

Embora o final da década de 1950 tenha sido marcado por certo distanciamento com os EUA – em razão da procura de novos alinhamentos com a Europa e o Japão – pode-se inferir que esta década também foi de uma política externa brasileira alinhada.

O governo Vargas, em continuação ao alinhamento iniciado na década anterior, celebra com os EUA um acordo de assistência militar que irá garantir a defesa territorial, através do suprimento de material bélico e treinamento específico, em troca do fornecimento aos EUA de matérias-primas essenciais.

Quadro 2 – Registros da Década de 1950

<u>DOCUMENTO</u>	<u>REGISTROS</u>
Evolução das idéias da CEPAL	A ação estatal recomendada é a de conduzir deliberadamente a industrialização, através da substituição de importações, como forma de recuperar o desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos.
Atividades Econômico-Comerciais – Governo Vargas	Assinatura do Acordo de Assistência Militar Brasil-EUA, em 15/03/52, no qual os EUA se comprometiam a fornecer material e assistência técnico-econômica para o desenvolvimento da capacidade defensiva nacional e para a defesa do Continente Americano e do Mundo Livre. Em contrapartida, o governo brasileiro se comprometia a participar de operações para a defesa do Continente e a fornecer aos EUA matérias-primas essenciais em bases comerciais normais e dentro das exigências das leis brasileiras.
Intercâmbio com EUA – Governo Café Filho	Em 03/02/55 foi assinado o Acordo de Cooperação sobre Usos Civis de Energia Atômica entre o Brasil e os EUA, no qual foram estabelecidas facilidades para o intercâmbio na construção de reatores de pesquisa. Em 16/11/55 foi assinado o Acordo sobre Produtos Agrícolas, pelo qual o Brasil poderia importar 500.000 toneladas de trigo em grão dos EUA e pagar com moeda nacional (cruzeiro).
Conselho Econômico e Social – ONU Governo Juscelino	Nas XXI (abril/56) e XXII (julho/56) Sessões do Conselho Econômico e Social da ONU, o Brasil retomou à sua posição no Conselho e reafirmou a sua linha de política econômica baseada na implementação de medidas para conter a instabilidade no mercado de produtos primários e para impulsionar a industrialização de países subdesenvolvidos.
Carta de JK ao Presidente dos EUA	Em 28/05/58, JK escreve ao presidente dos EUA sobre ocorrências desagradáveis na visita do vice-presidente Nixon a países latino-americanos, reforçando a necessidade de se aproximar os EUA desses países. Criação da Operação Pan-Americana, iniciativa do governo brasileiro para a maior aproximação do EUA com os países latino-americanos.

Fontes dos documentos:
http://www.eclac.cl/cgibin/getprod.asp?xml=/noticias/paginas/4/13954/P13954.xml&xsl=/tpl/p18fst.xml&base=/tpl/top-bottom_acerca.xsl#origenes, acesso em 02/03/2006 - 19h45min; <http://wwwcrli-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1814/000192.html>, acesso em 02/03/2006 - 19h57min; <http://wwwcrli-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1815/000118.html>, acesso em 02/03/2006 - 20h15min; <http://wwwcrli-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1816/000200.html>, acesso em 02/03/2006 - 20h19min; <http://wwwcrli-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1818/000019.html>, acesso em 03/03/2006 - 10h49min.

No entanto, tais relações vão se enfraquecendo face ao elevado nível dos atrasados comerciais, que se originaram pelo aumento das importações decorrente da guerra da Coréia (que poderia incitar uma nova guerra mundial e, com isso, desencadeia um plano para formação de estoques dos suprimentos essenciais, facilitado pela taxa de câmbio fixa e pela sobrevalorização da moeda nacional) e da diminuição das reservas, causada pela elevação das importações e do aumento dos fretes tanto de importação como de exportação.

A partir de 1953 – com a lei 1807, conhecida como Lei do Mercado Livre – o governo Vargas concede liberdade de ação para o capital estrangeiro e permite a remessa de rendimentos sobre esses capitais ou os reinvestimentos, fato que se entenderia, conforme Vianna (2002), como uma renúncia à dependência dos empréstimos externos, tão carentes naquele momento, e uma abertura a alianças mais duradouras através do afluxo de capital estrangeiro para financiamento de projetos industriais.

A reação dos investidores a essa nova legislação também se confirma no volume de investimentos diretos, conforme demonstra a Tabela 1.

O governo Café Filho, que sucede a Vargas em face de sua intempestiva morte, intensifica o alinhamento aos EUA, assinando um acordo sobre a utilização da energia atômica e outro que permite a importação de trigo norte-americano com pagamento em moeda nacional.

Na segunda metade dos anos 50, já no governo Juscelino Kubitschek – JK, o Brasil inicia um período de significativo avanço político e econômico que permite uma nova orientação para a PEB.

Conforme Oliveira e Amorim (2000), o Japão – que mesmo derrotado na 2ª guerra havia se tornado importante aliado norte-americano, no sentido de se controlar o avanço comunista pelo continente asiático –, iniciou a sua reconstrução pós-guerra e reindustrialização com uma oferta de recursos norte-americanos superior à concedida para todos os países latino-americanos.

Esta mesma situação se aplicava aos países europeus que foram reconstruídos com recursos do Plano Marshall e rapidamente recuperaram a sua capacidade de investimento.

Assim, o governo JK inicia o mandato pressionando os EUA para uma maior participação no desenvolvimento dos países latino-americanos – transmitindo de início uma idéia de política externa independente – e que culmina com a criação da Operação Pan-Americana – aceita pelos EUA para demonstrar o seu alinhamento com os latino-americanos.

Entretanto, no ambiente de aceleração dos projetos de investimento pelos países reconstruídos é que o Plano de Metas do governo JK vai receber um significativo aporte de recursos, principalmente da Alemanha e do Japão (até então com investimentos insignificantes, conforme a Tabela 1).

A Alemanha concentrou os seus investimentos no setor metalúrgico e de materiais elétricos e de comunicações, além de consolidar importante participação no setor bancário.

Com o Japão ocorre um outro tipo de atratividade no mercado brasileiro, ou seja, a disponibilidade de matérias-primas e insumos que garantiriam uma fonte permanente de suprimento para a indústria japonesa. Assim, os investimentos japoneses neste período se concentraram nos setores têxtil e siderúrgico (neste caso, com a Usiminas,

muito além de uma simples fonte de suprimento e sim uma associação de caráter estratégico), mas, também abre oportunidade para o desenvolvimento nos setores automobilístico e de construção naval. São instaladas ainda várias empresas do tipo *trading companies*, especializadas no comércio de produtos necessários nos dois mercados de atuação.

Ao final da década de 1950 o volume de investimentos diretos havia triplicado no país, conforme a Tabela 1, com aumento na participação dos EUA e destaque para a inclusão da Alemanha e do Japão no conjunto dos investidores.

Pode ser observada então uma sobreposição de perfís na ação externa que, segundo Silva (1992), é de difícil coexistência: uma relativa independência no campo econômico, na busca de uma agenda própria de negociações – a reivindicação de uma participação maior dos EUA nos projetos de desenvolvimento econômico, é a marca da Operação Pan-Americana –, combinada com uma política afinada com os interesses da potência hegemônica e aceitando o enquadramento ideológico imposto pela bipolaridade política, segundo Hirst e Pinheiro (2002).

3.2.1.2. O Estado brasileiro alinhado no regime militar

A década de 1960 se inicia com a transferência da capital brasileira para Brasília e com a eleição de um candidato de oposição (Jânio Quadros) ao governo JK.

O alinhamento político que marcou o final dos anos 50 tem então uma interrupção que vai de 1961 – com a política externa independente do governo Jânio Quadros – até o início de 1964, com a continuação dessa política pelo governo João Goulart.

Embora houvesse indícios de um distanciamento com os países desenvolvidos – e uma provável política externa independente –, o curto período do governo Jânio (renuncia após sete meses) não tem registros importantes que permitam inferências mais precisas.

Quadro 3 – Registros da Década de 1960

<u>DOCUMENTO</u>	<u>REGISTROS</u>
Evolução das idéias da CEPAL	Ação estatal recomendada é a das reformas para viabilizar o desenvolvimento. Dentre as sugestões destacam-se: a reforma agrária e a minimização da dependência externa.
Conferência de FHC na CEPAL	Falando sobre as idéias de Prebisch, FHC considerou que foi o aporte maciço de capital externo que, ao lado do investimento público e, em menor volume, do capital privado nacional, sustentou nos anos 60 a expansão dos indicadores em muitos destes países.
Operação Pan-Americana	Em 05/09/60 a III Reunião do Comitê dos 21 aceita as propostas que visavam o aumento dos recursos externos para a América Latina.
Conselho Econômico e Social – ONU	Na XXIX Sessão do Conselho Econômico e Social da ONU, foi criado o Comitê para o Desenvolvimento Industrial cuja função seria a de coordenar as atividades da ONU relacionadas com a aceleração da industrialização dos países subdesenvolvidos.
Acordo sobre garantia de investimentos	Acordo para encorajar a participação privada do desenvolvimento de recursos econômicos e capacidade produtiva através de garantias de investimentos concedidos pelo país do investidor.

Fontes dos documentos:
http://www.eclac.cl/cgibin/getprod.asp?xml=/noticias/paginas/4/13954/P13954.xml&xsl=/tpl/p18fst.xml&base=/tpl/top-bottom_acerca.xsl#origenes, acesso em 02/03/2006 - 19h45min;
http://66.102.7.104/search?q=cache:w6yIsc564HYJ:www.ifhc.org.br/a_2003-08-08_p.htm+Raul+Prebisch&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=9&lr=lang_pt, acesso em 25/01/06 - 10h25min;
<http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1820/000022.html>, acesso em 03/03/2006 - 11h07min;
<http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1820/000127.html>, acesso em 03/03/2006 - 11h12min;
<http://www2.mre.gov.br/dai/investeua.htm>, acesso em 03/03/2006 - 11h23min.

O seu sucessor direto – João Goulart – assume em cenário muito agitado, consegue estabelecer o seu plano de governo – seguindo orientação da CEPAL –, a política externa se identifica com a do antecessor, caracterizando-se como independente dos países desenvolvidos, mas não possui registros que permitam a confirmação dessa

observação. Goulart não consegue controlar as ondas golpistas contrárias ao seu plano de governo e é deposto por um movimento militar.

Com a instalação do regime militar, a partir de abril de 1964, restabelece-se o alinhamento com os EUA objetivando a retomada dos investimentos externos e a continuação da questão ideológica em relação à bipolaridade política.

Destaque-se a menção feita pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC, em recente conferência na CEPAL, sobre ter sido o aporte maciço de capital externo o responsável pelo intenso desenvolvimento brasileiro registrado na década. Isto foi possível face ao acordo sobre garantia de investimentos, firmado em 1965 pelo governo brasileiro com o governo norte-americano, corroborando o alinhamento na década.

Pela Tabela 2, a seguir, percebe-se que há um aumento significativo dos investimentos diretos no país – pouco mais do dobro em relação ao período 1951-60 –, com ênfase especial à participação dos EUA – que aumenta em quase 70% em relação a aquele período – e em menor grau à participação da Alemanha – que triplica, em valores absolutos, o volume investido no novo período.

Esse alinhamento irrestrito vai até 1968, quando a PEB assume direções próprias, independentes das posições norte-americanas. Essa independência será mais tarde marcada pela questão da dívida do Terceiro Mundo e a não aceitação das normas para controle tecnológico formuladas pelo governo Ronald Reagan, conforme novamente expõe Castro (2000).

O governo militar, embora se conduzindo de forma autônoma, no início dos anos 70 vê-se diante de um novo quadro econômico – causado pelo violento ajuste nos

preços do petróleo – que o leva a formar alianças com os países fornecedores de petróleo, e, indiretamente com os EUA, ainda segundo Castro (2000).

A década de 1970 apresenta então um forte alinhamento dos governos militares, inclusive como forma de expansão da atividade exportadora – que era recomendada pela CEPAL, a fim de evitar a dependência e o endividamento externo.

Quadro 4 – Registros da Década de 1970

<u>DOCUMENTO</u>	<u>REGISTROS</u>
Evolução das idéias da CEPAL	Ação estatal direcionada à homogeneidade social, fortalecendo as exportações industriais e evitando a dependência e o endividamento.
Acordo de cooperação para usos civis da energia atômica	Renova o acordo de 1965 e dá início efetivo ao programa nuclear brasileiro.
Declaração e decisões sobre investimento internacional	Em 1976 são adotadas as diretrizes da OCDE para empresas multinacionais atuarem em outros países sob a forma de investimento externo, devendo as mesmas atuarem harmonicamente com as políticas dos países receptores dos IED.
Decreto 79.376/1977 Governo Geisel	Denuncia o acordo de Assistência Militar celebrado em 15/03/1952 entre o Brasil e os EUA.

Fontes dos documentos:
http://www.eclac.cl/cgibin/getprod.asp?xml=/noticias/paginas/4/13954/P13954.xml&xsl=/tpl/p18fst.xml&base=/tpl/top-bottom_acerca.xsl#origenes , acesso em 02/03/2006 - 19h45min; <http://wwwcr1-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1814/000192.html> , acesso em 02/03/2006 - 19h57min; http://www2.mre.gov.br/dai/b_eua_170_1298.htm , acesso em 03/03/2006 - 11h28min; [http://www.oalis.oecd.org/olis/2000doc.nsf/4f7adc214b91a685c12569fa005d0ee7/c125692700623b74c1256991003b5147/\\$FILE/00085743.PDF](http://www.oalis.oecd.org/olis/2000doc.nsf/4f7adc214b91a685c12569fa005d0ee7/c125692700623b74c1256991003b5147/$FILE/00085743.PDF) , acesso em 03/03/2006 - 11h28min; <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=123880> , acesso em 03/03/2006 - 13h33min.

Ampliam-se assim as relações com o Japão, que reunia a possibilidade de aumento de mercado para produtos brasileiros – o Japão reduziu a capacidade de produção de bens intermediários, face à crise do petróleo, e buscava parceiros que suprissem essa necessidade – com a redefinição da inserção brasileira no cenário internacional, ponto estratégico da PEB.

A intenção dessa redefinição era exatamente a redução da dependência externa e a ampliação da manobra autônoma, de acordo com Oliveira e Amorim (2000).

Os registros sobre a renovação do acordo sobre o uso de energia atômica (entre Brasil e EUA) e a declaração da OCDE sobre as diretrizes para investimentos externos, porém, permitem inferir-se a respeito da maior necessidade de alinhamento.

O governo Geisel, entretanto, denuncia o acordo de assistência militar com os EUA e inicia um novo período da política externa independente – dos EUA, pois há uma informal aproximação com a Alemanha e com o Japão. Embora o final da década tenha se caracterizado por uma relativa independência – a expressão não-alinhada aos EUA reproduz melhor a situação da época – pode-se inferir que nessa década continuou preponderando um alinhamento dos governos brasileiros aos países desenvolvidos.

Tabela 2 – Investimentos diretos no Brasil – 1961 a 1979 – US\$ milhões

País	1961-1970	% sobre total	1971-1979	% sobre total
Alemanha	331,95	15,60	1.551,26	12,56
Canadá	124,65	5,86	318,06	2,57
Estados Unidos	690,79	32,46	3.756,89	30,41
França	73,80	3,47	373,94	3,03
Itália	66,13	3,11	280,82	2,27
Japão	110,24	5,18	1.503,29	12,17
Reino Unido	73,56	3,46	680,20	5,51
Demais	656,70	30,86	3.889,18	31,48
Total	2.127,82	100,00	12.353,64	100,00

Fonte dos dados primários: Banco Central do Brasil

A Tabela 2 mostra claramente a forte expansão dos investimentos diretos no período 1971-79 – para melhor entendimento do significado dessa maior participação estrangeira, entre 1971 e 1973 ocorreu o que se denominou de Milagre Brasileiro com taxas de crescimento acima dos 10% anuais – e que superaram os US\$ 12 bilhões ou mais de cinco vezes o montante investido no período 1961-70.

É muito significativa a presença japonesa no quadro de investidores diretos, alcançando a participação alemã – que também é significativa, pois, supera a casa de US\$ 1 bilhão – ratificando a estratégia do governo militar brasileiro de redefinir a participação do Brasil no cenário internacional.

A década de 1980 foi marcada pelo forte trauma na economia mundial, causado por outro aumento no preço de petróleo – em 1973 já havia ocorrido um similar aumento, mas o Brasil conseguiu superar as dificuldades através da expansão da atividade exportadora.

Quadro 5 – Registros da Década de 1980

<u>DOCUMENTO</u>	<u>REGISTROS</u>
Evolução das idéias da CEPAL	Ação estatal recomendada à renegociação da dívida externa para ajustar-se ao crescimento e necessidade de políticas de ingresso de capitais.
Memorando de Entendimento e de Cooperação Industrial-Militar Governo Figueiredo	Acordo para a cooperação no desenvolvimento e na produção de material de emprego militar a fim de beneficiar o Brasil e os EUA.
Acordo sobre atividades remuneradas Governo Sarney	Acordo para o livre exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático e consular do Brasil e dos EUA.
Matriz – UNCTAD	Brasil é apontado pela UNCTAD com potencial inferior para a atratividade de investimentos diretos estrangeiros (FDI, em inglês) no período 1988-1990.
Acordo sobre Transporte Aéreo Governo Sarney	Acordo para a promoção de um sistema de transporte aéreo internacional baseado na competição justa e construtiva entre as empresas aéreas do Brasil e dos EUA (entra em vigor somente no governo seguinte).

Fontes dos documentos:
http://www.eclac.cl/cgibin/getprod.asp?xml=/noticias/paginas/4/13954/P13954.xml&xsl=/tpl/p18fst.xml&base=/tpl/top-bottom_acerca.xsl#origenes , acesso em 02/03/2006 - 19h45min;
http://www2.mre.gov.br/dai/b_eua_276_2173.htm , acesso em 03/03/2006 - 14h01min;
http://www2.mre.gov.br/dai/b_eua_284_2182.htm , acesso em 03/03/2006 - 14h01min;
http://www.unctad.org/sections/dite_dir/docs/Matrix_1988-1990_en.pdf , acesso em 03/03/2006 - 14h16min;
<http://www2.mre.gov.br/dai/eaereo.htm> , acesso em 03/03/2006 - 14h46min.

Tal situação fez com que aumentasse significativamente o endividamento dos países não-desenvolvidos e muitos declaram moratória de pagamentos – a CEPAL recomendava a renegociação da dívida externa como forma de se ajustar o crescimento econômico.

O Presidente Figueiredo – sucessor de Geisel – retoma o alinhamento com os EUA, ao firmar um acordo sobre cooperação industrial-militar.

O sucessor de Figueiredo – Presidente Sarney – mesmo tendo declarado uma moratória unilateral, dá continuidade ao alinhamento com os EUA, mas sem o ímpeto dos governos anteriores, o que significa resultados bastante pífios.

Uma outra década fica então definida como alinhada, embora os seus resultados não devam ter contribuído com o crescimento da economia brasileira.

Ao final do regime militar, o quadro econômico brasileiro perde capacidade negociadora face à forte vulnerabilidade externa causada pela crise da dívida do Terceiro Mundo, e, por outro lado, a estratégia norte-americana – de utilizar a política comercial para um ajuste às novas condições de competição internacional – causa um novo alinhamento com os EUA, que é estabelecido como forma de se retomar as relações com o principal mercado consumidor do mundo – a participação dos EUA nas exportações brasileiras passou de 17 para 29% no período de 1980 a 1987, conforme Lima (2000).

3.2.1.3. O Estado brasileiro alinhado na pós-globalização

O início dos anos 90 – que coincide com a maior intensificação do processo de globalização – é marcado no Brasil pela abertura comercial, que visava uma maior

inserção do país no mercado internacional com a conseqüente ampliação da produção interna, mesmo que a maior concorrência no mercado interno ocasionasse um processo de fusão, incorporação e fechamento de empresas brasileiras.

Quadro 6 – Registros da Década de 1990

<u>DOCUMENTO</u>	<u>REGISTROS</u>
Evolução das idéias da CEPAL	Ação estatal dirigida para a execução de políticas que fortaleçam a transformação produtiva com equidade.
Acordo sobre Transporte Aéreo Governo Collor	Entra em vigor o Acordo sobre Transporte Aéreo firmado entre o Brasil e os EUA pelo governo Sarney, ratificado pelo governo Collor.
Lei 8.880 de 27/05/1994 Governo Itamar	Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional (Plano Real), iniciando um processo de mudanças internas voltado para a inserção internacional do Brasil.
Conferência do Ministro das Relações Exteriores Governo FHC	Democracia e liberdade econômica passaram a ser padrões a partir dos quais os países são classificados, uma espécie de “grau zero” das relações internacionais, em que os desvios têm um custo político e econômico cada vez maior, porque democracia se traduz em estabilidade e liberdade econômica se traduz em investimentos, acesso a tecnologias, competitividade e empregos.
Ata de reunião da UNCTAD	Reunião da Comissão de Investimento, Tecnologia e de Questões Financeiras da UNCTAD (em Genebra – junho/1999) discutiu a relação que existe entre os investimentos estrangeiros diretos (IED) e os investimentos estrangeiros em carteira (IEC).
Matriz – UNCTAD	Brasil é apontado pela UNCTAD com potencial superior para o alto desempenho de IED no período 1999-2001.

Fontes dos documentos:
http://www.eclac.cl/cgi-bin/getprod.asp?xml=/noticias/paginas/4/13954/P13954.xml&xsl=/tpl/p18fst.xml&base=/tpl/top-bottom_acerca.xml#origenes , acesso em 02/03/2006 - 19h45min; <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1814/000192.html> , acesso em 02/03/2006 - 19h57min; <http://www2.mre.gov.br/dai/eaereo.htm> , acesso em 03/03/2006 - 14h46min; http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%208.880-1994?OpenDocument , acesso em 03/03/2006 - 15h 06 min; http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=1552 , acesso em 03/03/2006 - 15h 06 min; <http://www.unctad.org/sp/docs/c2em611.sp.pdf> , acesso em 04/03/2006 - 12h 12 min; http://www.unctad.org/sections/dite_dir/docs/Matrix_1999-2001_en.pdf , acesso em 03/03/2006 - 14h16min.

Com isso, a estratégia de se construir uma potência nacional através da auto-suficiência tecnológica – ponto marcante da PEB no regime militar – e o esgotamento do processo de substituição de importações – por não mais haver condições de se fechar o país ao desenvolvimento tecnológico acelerado –, marcam uma nova fase de alinhamento com os EUA que tem início caracterizado pela questão nuclear, pelo reconhecimento da propriedade intelectual e pela liberalização comercial – ações iniciadas pelo governo Fernando Collor de Melo, de acordo com Lima (2000).

O governo Collor teve início com um forte choque na política monetária e com uma política externa alinhada com os países desenvolvidos – com os EUA intensifica-se uma maior aproximação, ratificando o acordo sobre transporte aéreo que já havia sido negociado pelo governo anterior.

Este governo tem curta duração (sofre um processo de *impeachment*) e seu sucessor – Vice-Presidente Itamar – dá continuidade à adequação do país ao processo de globalização com a implantação do Plano Real – a essência do plano é conter a espiral inflacionária e estabilizar a moeda. No cenário internacional, continua a política de alinhamento.

Na sucessão de Itamar o Brasil já tem uma moeda estabilizada e o Presidente FHC dá início ao programa de privatização de empresas estatais, marcado como o período com maior fluxo de IED na história econômica brasileira;

O primeiro governo FHC também dá continuidade às ações do governo Collor – que já haviam sido continuadas pelo governo Itamar Franco, principalmente com a ampliação da liberalização comercial –, mas inovando quanto ao alinhamento: estabelecimento de relações amplas com o Mercosul, participando ativamente da Organização Mundial do Comércio – OMC, continuando as negociações para

implantação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, tentando estabelecer relações com a União Européia e sensibilizando os países da Comunidade Andina a participarem de negociações mais amplas.

A esse esforço diplomático, Lafer (2002) denomina de “estratégia de círculos concêntricos”, para a qual não há controle absoluto e que não depende apenas de uma parte integrante.

Tais ações de alinhamento ficam demonstradas pelo forte incremento dos investimentos diretos no país – como já citado, ocorre o início das privatizações das grandes empresas estatais constituídas durante os governos militares, que, por falta de recursos necessários à continuidade eficaz das mesmas, tiveram que ser desestatizadas – com diminuição da participação norte-americana, compensada por investimentos de países que ainda não tinham muita significatividade – como é o caso da Espanha, das Ilhas Cayman, de Portugal e Países Baixos –, e em menor grau por França, Alemanha e Japão.

Por outro lado, Tavares e Fiori (1993) afirmam que a reestruturação da atividade interna, visando uma ampliação na atividade externa, não foi a mesma do que as efetuadas na Argentina, no Chile e no México. Assim, uma inserção competitiva do Brasil teria que ser global e supor a montagem de conexões progressivas e alianças estratégicas entre distintas empresas privadas nacionais e internacionais, capazes de desenvolver competitividade auto-sustentável.

Também Amorim (1989) cita que o envolvimento dos Estados em questões de comércio gera um “neo-mercantilismo”, que combinaria ações de caráter protecionista – em termos clássicos – com medidas voltadas à abertura dos mercados. Dada a

multiplicação de atores no cenário internacional, a busca por maior cooperação traria boas possibilidades para a ampliação na participação externa de produtos brasileiros.

A Tabela 3 apresenta o resultado final da política externa alinhada na década de 1990, com aumentos constantes no fluxo de investimentos diretos anuais, culminando com a excepcional marca registrada em 2000 quando o total anual investido chega perto do total de investimentos diretos efetuados na economia brasileira até o ano de 1995.

No seu último período de mandato (foi reeleito em 1998), o Presidente FHC promoveu uma forte aproximação do Brasil com os EUA e os resultados desse maior alinhamento serão percebidos com a formalização – embora até o momento ainda não concretizada – da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA.

Tabela 3 – Investimentos diretos no Brasil – Até 1995 e em 1997 e 2000 – US\$ milhões

País	Estoque até 1995*	% sobre total	1997	% sobre total	2000	% sobre total
Alemanha	5.828,04	13,98	195,93	1,10	374,56	1,12
Canadá	1.818,98	4,36	66,20	0,37	192,82	0,58
Espanha	251,01	0,60	545,79	3,05	9.592,86	28,78
Estados Unidos	10.852,18	26,03	4.382,33	24,51	5.398,71	16,20
França	2.031,46	4,87	1.235,25	6,91	1.909,71	5,73
Ilhas Cayman	891,68	2,10	3.382,88	18,92	2.034,50	6,10
Itália	1.258,56	3,02	57,40	0,32	488,02	1,46
Japão	2.658,52	6,38	342,11	1,91	384,74	1,15
Países Baixos	1.545,80	3,70	1.487,87	8,32	2.228,04	6,68
Portugal	106,61	0,30	681,01	3,81	2.514,80	7,54
Reino Unido	1.862,61	4,47	182,52	1,02	393,74	1,18
Demais	12.590,17	30,19	5.319,71	29,75	7.818,50	23,46
Total	41.695,62	100,00	17.879,00	100,00	33.331,00	100,00

* A cada cinco anos, a partir de 1995, há a consolidação de dados pelo Censo de Capitais Estrangeiros

Fonte dos dados primários: Banco Central do Brasil

O sucessor de FHC, Presidente Lula, dá início ao seu governo surpreendendo a comunidade financeira internacional – na campanha eleitoral havia anunciado que mudaria completamente a política econômica – mantendo as mesmas diretrizes implantadas pelo governo anterior.

Quadro 7 – Registros do novo Milênio

<u>DOCUMENTO</u>	<u>REGISTROS</u>
Matriz – UNCTAD	Brasil é apontado pela UNCTAD em estágio adiantado e com alto potencial para o IED no período 2000-2002.
Artigo do Ministro das Relações Exteriores Governo FHC	Justifica a iniciativa brasileira de invocar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR, em apoio aos ataques terroristas de 21/09/01 aos EUA. Dessa forma, ficou entendido, em reunião dos Ministros das Relações Exteriores das Américas, que tais ataques foram considerados contra todos os Estados americanos.
Matriz – UNCTAD	Brasil é novamente apontado pela UNCTAD em estágio adiantado e com alto potencial para o IED no período 2001-2003.
Ata de reunião da UNCTAD	Notas da Reunião da Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD (em Genebra – novembro/2002) examinou as políticas do país receptor de IED e deixou claras as políticas relacionadas com a criação de estabilidade política e macroeconômica.
Entrevista do Ministro das Relações Exteriores Governo Lula	Define que um acordo sobre a ALCA é possível, mas, se os EUA forçaem as coisas param.
Editorial do jornal O Estado de São Paulo – 25/01/2006	Mostra as razões políticas pelas quais os IED se afastam da América Latina: a percepção de se eleger governos de estilo terceiro-mundista (no geral) e a retórica nacionalista que se desincentiva o investidor estrangeiro (no que se inclui o Brasil).

Fontes dos documentos: http://www.unctad.org/sections/dite_dir/docs/Matrix_2000-2002_en.pdf, acesso em 03/03/2006 - 14h16min; http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=1386 acesso em 04/03/2006 - 12h 32 min; http://www.unctad.org/sections/dite_dir/docs/Matrix_2001-2003_en.pdf, acesso em 03/03/2006 - 14h16min; http://www.unctad.org/sp/docs/c2em12d2_sp.pdf, acesso em 04/03/2006 - 13h35min; http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2299 acesso em 04/03/2006 - 13h35min; <http://www.estado.com.br/editorias/2006/01/25/edi25795.xml>, acesso em 28/02/06 –16h 20 min.

No plano internacional, apoiado pelo Programa Fome Zero, intensifica a aproximação com países menos desenvolvidos. Embora não declaradamente, mostra-se desinteressado pela implantação da ALCA, e se distancia de negociações mais integradoras com EUA e União Européia – UE. O Chanceler Celso Amorim, em entrevista dá claras evidências desse desinteresse.

Pelas opiniões apresentadas – autores com diversos perfis sobre o tema – e pelos dados da Tabela 3, pode-se afirmar que a PEB no período pós-globalização foi marcada pela maior necessidade de um alinhamento ao poder hegemônico, mas com diversificação de alianças que respeitassem a autonomia do Estado, caso que pode caracterizar ao contrário a dualidade constatada por Silva (1992, p. 210) no governo JK, ou seja, uma dependência no campo econômico combinada com uma política desafinada com os interesses da potência hegemônica – na busca de uma agenda própria de negociações.

3.2.2. A Política Externa Brasileira e a Autonomia

Segundo Wight (2002), existem alianças que incorporam um interesse comum em relação ao equilíbrio de poder; alianças que não chegam a mudar o equilíbrio de poder; e alianças provenientes de doutrinas ou ideologias comuns, que serão efetuadas pensando-se sempre em terceiros interessados.

Para Oliveira (2006), no período da Guerra Fria, as questões estratégicas sempre foram prioritárias e as decisões econômicas se subordinavam aos interesses estratégicos (a reconstrução da Europa – Plano Marshall – e do Japão – em face de guerra da Coréia – são exemplos dessa prioridade).

O marco significativo da autonomia do Brasil na condução da sua política externa ocorreu a partir da Política Externa Independente do governo Jânio Quadros.

Dentro desse cenário de inovação, e sob a visão de Castro (2000), a posição brasileira contrária à aplicação de sanções contra o governo de Cuba ou ao seu isolamento no sistema interamericano, fica caracterizada como uma posição contrária à ingerência nos assuntos internos de outros países.

No governo João Goulart, em continuação à política do governo anterior, as relações com Cuba são consideradas como normais no âmbito do comércio internacional e não como um desafio ao governo norte-americano.

Mesmo condenando o afastamento das práticas democráticas pelo governo cubano, o restabelecimento das relações com a União Soviética fez com que o governo Goulart desse uma justificativa pouco razoável para o momento – possibilidade para a ampliação de mercado – e colocasse Brasil e Cuba como os únicos países latino-americanos a manterem relações com os soviéticos.

Embora justificasse a aliança como uma ação de soberania do país, a adesão do governo de Cuba ao marxismo-leninismo traz reflexos negativos para o Brasil com a quebra do alinhamento automático ao governo dos EUA (MARRONI, 2000).

Vem o regime militar de 1964, rompe-se a aliança com Cuba e União Soviética e ocorre o realinhamento com os EUA, como já foi apresentado no item 3.2.1.2.

Segundo Oliveira (2005), do governo Geisel (pragmatismo ecumênico e responsável), passando pelo governo Figueiredo (universalização), até o governo Sarney (regionalização), a PEB foi isenta de compromissos ideológicos, distanciada dos EUA e que visava a sua inserção internacional de forma autônoma.

Entretanto, nesse período, a opção por técnicas de produção ultrapassadas comprometeu irremediavelmente as aspirações do país de reduzir o hiato que ainda o separa dos países mais desenvolvidos, conforme demonstrado por Lafer (2002).

A partir dos anos 90, ainda segundo Lafer (2002), o Brasil parte para uma redução da capacidade de regulação das atividades econômicas em base territorial e, através da proliferação de regras multilaterais, retoma a integração com a economia mundial e o caminho do desenvolvimento.

3.2.3. O Consenso Internacional

A figura do consenso, na acepção do termo dicionarizado, é pouco considerada na literatura. Tratando-se de acordo unânime ou da maioria, o consenso só se configura a partir de uma determinada situação ou realidade, deixando de ter definição explícita nos manuais diferente daquela apresentada no léxico.

Sob esta característica – acordo unânime ou da maioria sobre determinado tema – é que se justifica a análise do consenso internacional neste estudo, com o objetivo de adequar o fluxo de investimentos estrangeiros diretos aos países que dele fizerem parte.

Iniciando-se a pesquisa sobre a existência do consenso tem-se que, pela análise de Wight (2002), a sociedade internacional é caracterizada pela reunião de várias sociedades nacionais – Estados – que a compõem através de seus representantes – chefes de Estado. Assim, a sociedade internacional – composta apenas pelos chefes de Estado – tem uma quantidade menor de representantes do que as sociedades nacionais – cujos membros são milhões de pessoas – e, por isso, maior facilidade para obter o consenso, mas, por outro lado, é muito mais heterogênea em função das diferenças de

território (tamanho), população, recursos naturais e geográficos, cultura e formação social, o que dificulta a obtenção e manutenção do consenso internacional.

Dessa forma, a sociedade internacional tem que se configurar através de um instrumento que lhe permita reunir os representantes das sociedades nacionais – os Estados – através de um código legal – o direito internacional, para, como já previa Vattel em 1758,

“... ajudarem-se com sinceridade e generosidade, trabalharemos diligentemente para a felicidade comum e promoverem a paz sem ciúme e sem desconfiança...”
(VATTEL, 2004, p. 199).

Wight (2002) afirma ainda que o direito internacional passa dessa forma a ser consensual, capaz de reger e orientar os Estados na organização da sociedade internacional.

Há, entretanto, os que negam a sociedade internacional pela impossibilidade da existência de um governo internacional. Ao assim negarem a existência da sociedade internacional, consideram o consenso internacional como algo abstrato e incapaz de obter eficácia.

Por essa linha de pensamento, o consenso internacional estaria caracterizando-se como um dissenso, fato que, por si só, inviabilizaria a hipótese de que os Estados poderiam ampliar o desenvolvimento ao alinharem as suas políticas ao consenso internacional.

Ao comentar recente decisão da Suprema Corte norte-americana, Sheehan (2004) afirmou que o grande vencedor foi o direito internacional por ter uma de suas ferramentas – a Declaração Universal dos Direitos Humanos – reconhecida como orientação legal superior para julgar um crime local.

Tal afirmação permite que se realinhe, neste texto, o consenso internacional como agente fomentador e organizador das regras de uma sociedade mundial – definida por Bull (2002) como a que se caracterizaria pelo sentido de interesses e valores comuns dos Estados.

A idéia de consenso internacional como delineador de políticas públicas, segundo a revista *Foreign Policy* (2004), evidenciou-se em 1990 com John Williamson e economistas do Instituto de Economia Internacional, organização privada com o objetivo de pesquisar políticas de economia internacional e situada em Washington, nos EUA.

Esse consenso, denominado de Consenso de Washington e que também ficou sendo sinônimo de Neoliberalismo e de Globalização, desde o início da década de 1990 passou a ser um guia dos Estados na elaboração das suas políticas.

Williamson (2004-5) aponta que o Consenso de Washington concentrava a orientação das políticas dos Estados nos seguintes aspectos:

- Disciplina fiscal;
- Redirecionamento de prioridades das despesas públicas, priorizando a melhor distribuição de renda, a infra-estrutura, a saúde e a educação;
- Reforma tributária, com menor incidência de impostos;
- Liberalização da taxa de juros;
- Flutuação da taxa cambial em nível competitivo para aumentar as exportações de não-tradicionais;
- Eliminação das barreiras protecionistas do comércio exterior;
- Abertura do mercado de capitais para o fluxo de capitais estrangeiros;
- Privatização de empresas estatais;

- Abolição de regulamentos que impeçam a abertura de novas empresas ou a livre concorrência;
- Estabelecimento de leis sobre a propriedade de patentes.

Em artigo sobre negociações comerciais globais, publicado na *Home Page* do Centro para o Desenvolvimento Internacional da Universidade de Harvard, há um comentário de Dani Rodrick – economista do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas – UNDP (sigla na versão inglesa, como é mais conhecido o órgão) – apontando que, para maior eficácia do Consenso de Washington na atualidade, deveriam ser incluídos novos aspectos importantes:

- Incorporação da Governança Corporativa;
- Estabelecimento de ações anticorrupção;
- Mercado de trabalho flexível;
- Acordos com a OMC;
- Códigos e padrões financeiros;
- Escolha de objetivos independentes do Banco Central e das metas de inflação;
- Redução dos índices de pobreza;
- Melhoria dos indicadores de segurança.

Um outro consenso, ainda segundo a *Foreign Policy* (2004), realizou-se em 2002 na cidade de Monterrey – México. Esse evento contou com a presença do Secretário Geral da ONU Kofi Annan, do Diretor da OMC Michael Moore, do ex-Presidente da Alemanha Horst Köhler (então Diretor do FMI), além de representantes de 171 nações.

Os objetivos do Consenso de Monterrey desta feita voltaram-se para o estabelecimento de metas futuras: redução da pobreza global até 2015, redução da mortalidade infantil imediatamente e intensificação do combate à AIDS. Embora tais metas sejam significativas, sabe-se de antemão que poucas nações se mostram prontas para os sacrifícios que tais metas exigem e, assim, o Consenso de Monterrey será lembrado como o de excelentes resultados prometidos, mas de muito pouco realizado.

Em maio de 2004 outro consenso, novamente de acordo com a *Foreign Policy* (2004), desta feita em Copenhague, reuniu destacados economistas de todo o mundo para que definissem os dez maiores desafios globais e quais as melhores maneiras de se avançar o bem-estar global, e dos países em particular, se lhes fossem colocados à disposição um montante de US\$ 50 bilhões. Para surpresa geral, o Consenso de Copenhague decidiu que a não-propagação da AIDS seria mais crucial para a prosperidade global.

Tal decisão demonstra que os economistas ali presentes desviaram o foco do consenso uma vez que a não-propagação da AIDS no território africano – mesmo com todas as mazelas que as nações desse continente possuem – deve ser muito importante dado o estado de dizimação que a doença apresenta, porém, isto não ocorre da mesma forma em outros continentes. Na América Latina, por exemplo, onde também é intensa a ocorrência daquele mal e já há certo controle que impede uma maior incidência de casos, necessita-se intensamente da geração de novos empregos para conter as ondas de miséria e de insegurança urbana. E assim ocorre em outros países e regiões do mundo, daí a surpresa da decisão e do desvio de foco dos participantes.

Na mesma *Foreign Policy* (2004) são citados dois outros consensos realizados em maio de 2004 (Pequim) e em junho desse mesmo ano (Cidade do México), mas que

não resultaram em orientações ou novas alternativas para o desenvolvimento e sim em análises de outros consensos – de Washington, pela sua importância, e de Copenhague, pela abertura dada à AIDS – criticando as propostas relacionadas com a privatização de empresas estatais e o livre-comércio (principalmente para a China e a Índia, no de Pequim) ou propondo objetivos de combate às doenças sexualmente transmissíveis e a criação de programas antipobreza (em especial na América Latina, na cidade do México).

Assim, fica caracterizada a representatividade que o consenso internacional tem para com a sociedade mundial (conforme definição de Bull, já citada), principalmente no que refere aos benefícios gerados pelo maior desenvolvimento dos Estados.

3.2.3.1. Estados sintonizados com o Consenso Internacional

Neste item, será elaborada uma análise dos resultados alcançados pelos Estados que seguiram as orientações do consenso internacional. Face à maior significatividade do Consenso de Washington – por marcar o início do processo de globalização e com isso uma série de mudanças significativas na ordem econômica mundial – e pela análise da hipótese deste estudo mais à frente, será dada maior ênfase a esse consenso.

De início, cabe verificar que o Consenso de Washington colocado em prática a partir de 1990 ainda é motivo de questionamentos por vários setores da opinião mundial e, por esse motivo adicional, fica ainda mais evidenciada a importância do mesmo quando também se verifica o envolvimento de nações mais desenvolvidas na discussão dos seus efeitos.

James Purnell, membro trabalhista do Parlamento inglês, na publicação de cunho socialista *New Statesman*, afirma que a UE e os EUA têm grande interesse na construção de um mundo multilateral e que é necessário uma Europa unida e forte, para que isso seja possível. Tal afirmação permite pensar-se que a sociedade mundial, regida pelo multilateralismo, só será possível através de políticas sintonizadas com um consenso internacional.

Já Martin (2005), na revista *Foreign Affairs*, comenta que os anos 90 são lembrados como uma era de crescimento e de criatividade sem precedentes. Observa, entretanto, como Ministro das Finanças do Canadá durante aquele período, que esse crescimento não pareceu assim tão certo e que diversas crises ocorreram – em 1995, a crise do peso golpeou o México e a América Latina pareceu à beira do colapso econômico; dois anos mais tarde, algumas das principais economias da Ásia enfrentaram desastre similar; em 1998, veio o efeito russo e com ele, temeu-se que o contágio se espalhariam e a economia mundial cairia, causando uma depressão global não vista desde 1930. Assim, para Martin, as crises econômicas requerem soluções para os problemas específicos a cada um dos países envolvidos e a receita para solucioná-las ficou a cargo do FMI, uma vez que não há fórum específico para tais situações.

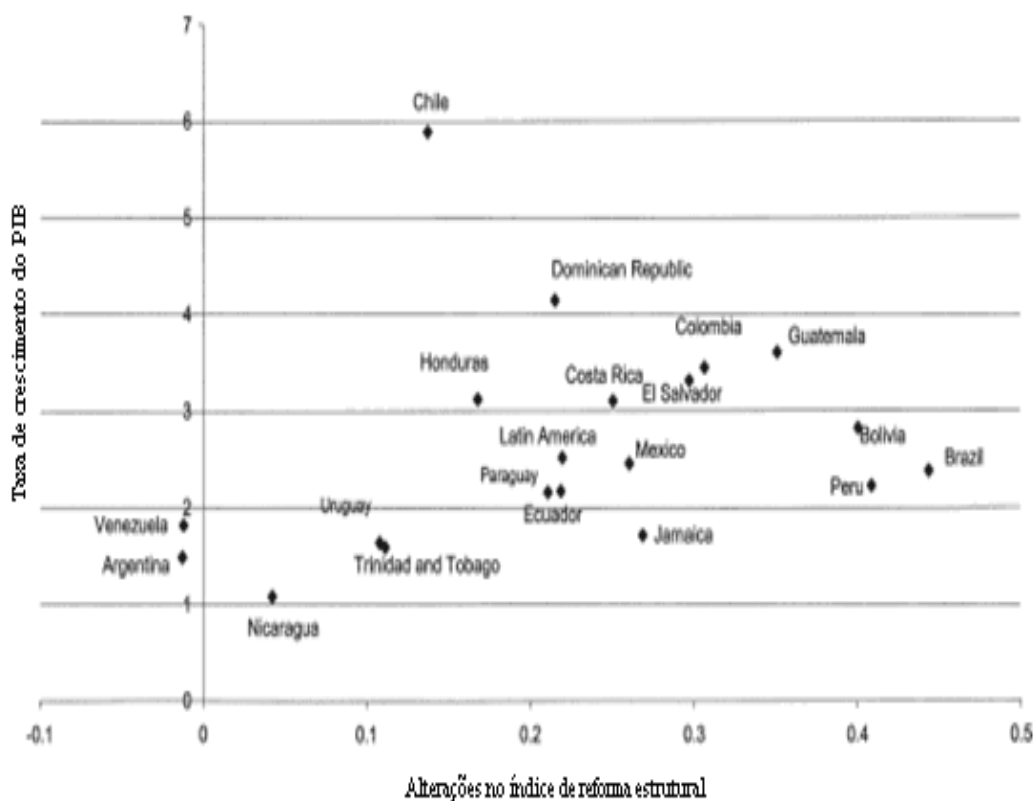
Como a América Latina foi mais sensível a essas crises, por ser uma região com países de economias muito fragilizadas e necessitando das orientações propostas pelo Consenso de Washington, uma análise dos resultados obtidos pelos países latino-americanos, a partir da formulação desse consenso, foi elaborada pelos economistas Juan Carlos Moreno-Brid, Esteban Pérez Caldentey e Pablo Ruíz Nápoles, respectivamente Consultor Regional da Comissão para a América Latina e Caribe – ECLAC no México, Gerente de Assuntos Econômicos da ECLAC em Port of Spain –

Trinidad e Tobago e Professor da Universidade Autônoma do México – UNAM em Tlalpan – México, apresentada no *Journal of Post Keynesian Economics* (2004-5).

Para se analisar tais resultados, são apresentadas três figuras que permitem uma melhor visão do comportamento das economias latino-americanas diante das formulações propostas pelo Consenso de Washington.

A Figura 1, a seguir, compara as alterações da taxa de crescimento do PIB com o índice de reforma estrutural no período 1985 a 2002, para dezenove países da América Latina e do Caribe.

Figura 1 – Alterações no índice de reforma estrutural e crescimento real do PIB na América Latina e Caribe – 1985-2002



Fonte: Moreno-Brid; Caldentey; Nápoles (2004-5, p. 349)

O índice de reforma estrutural reflete o movimento de mudanças em cinco principais áreas: política comercial, política monetária, política tributária, privatização e política trabalhista.

Variando de 0 a 1, o índice registra as alterações ocorridas nessas cinco principais áreas e o valor mais alto estará mais próximo da liberalização do mercado.

Dessa forma, o Brasil é o país que obteve o maior destaque na apuração do índice de reforma estrutural, porém, a sua taxa de crescimento do PIB não teve o mesmo desempenho, o que contraria a hipótese de que ao registrar maior intensividade na implementação das reformas estruturais, mais rapidamente haverá crescimento econômico.

Lima (2000) afirma que a maioria dos países latino-americanos, durante a década de 1980, apresentou resultados pífios de crescimento econômico pelo comprometimento com o serviço da dívida externa e com a paralisação dos fluxos financeiros pelos grandes bancos internacionais – como resultante da própria crise de pagamentos do serviço da dívida. No Brasil, segundo Furtado (2000), esse período foi denominado “década perdida”.

Assim sendo, na maioria dos países latino-americanos, as reformas estruturais só se iniciaram após 1990 – já sob a inspiração do Consenso de Washington –, e o crescimento do PIB em bases mais consistentes só se intensifica a partir desse momento.

Com isso, no estudo de Moreno-Brid (*et alli*) a taxa de crescimento do PIB apurada pela média no período 1985-2002 foi nivelada por baixo, contrariamente à taxa média que poderia ter sido registrada no período pós-reformas. O melhor exemplo dessa constatação é o Chile, que já havia praticado as reformas antes dos anos 1980, e que registrou a maior taxa de crescimento do PIB.

Também merecem destaque, e neste caso desfavorável, a Argentina e a Venezuela, que têm índice negativo de reforma estrutural – o que pode explicar as constantes crises ocorridas nesses países – em face da não aplicação das orientações propostas pelo Consenso de Washington.

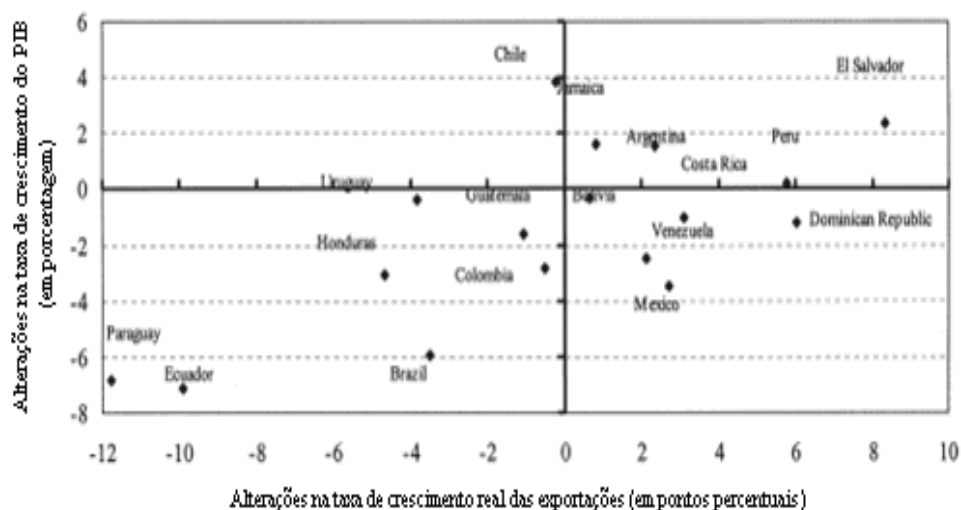
Ainda pela Figura 1, pode-se confirmar que na América Latina como um todo, ao não se aplicarem completamente as reformas estruturais indicadas pelo Consenso de Washington, demonstrou-se pouco interesse pelo maior desenvolvimento nos países que a compõem. Caso continuem a ter esse tipo de comportamento em suas políticas públicas, continuarão a registrar baixos índices de crescimento e o comprometimento do bem-estar das respectivas populações.

Já a Figura 2, na página seguinte, permite a verificação de um paradoxo entre o crescimento das exportações em níveis incompatíveis com o fraco dinamismo da recuperação econômica latino-americana – pela falta de reformas estruturais já apontadas.

Moreno-Brid (*et alli*, 2004-5) consideram esse crescimento das exportações latino-americanas como verdadeiro “boom” e apontam que a razão disso é explicada por dois modelos distintos emergidos na região:

- México e América Central aumentaram as exportações de manufaturados, utilizando áreas estabelecidas com benefícios aduaneiros;
- Alguns países da América do Sul aumentaram as suas exportações de produtos primários, intensivos em recursos naturais abundantes na região.

Figura 2 – Alterações na taxa anual de crescimento real do PIB e das exportações nos períodos 1970-80 e 1990-2000

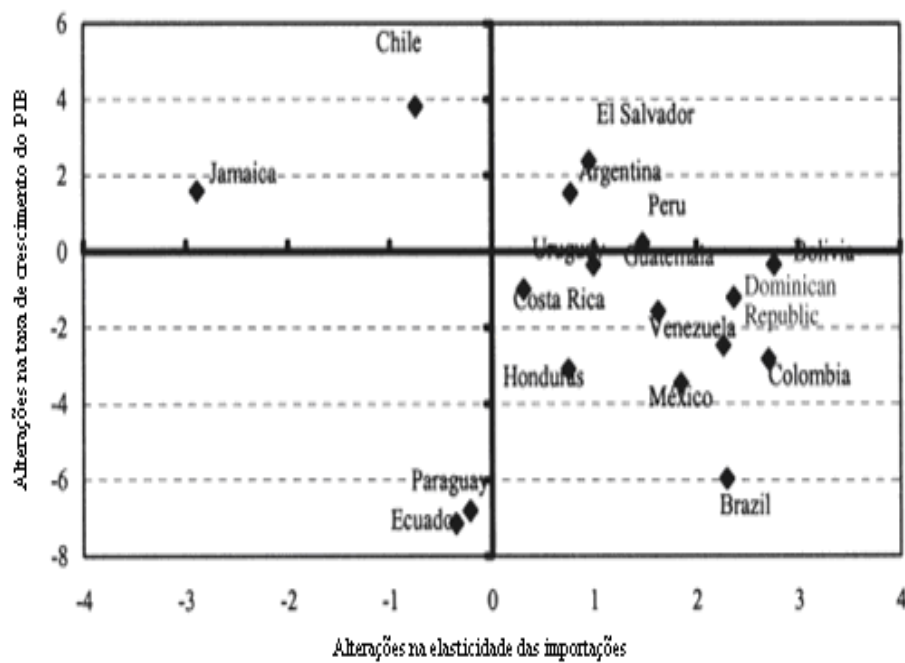


Fonte: Moreno-Brid; Caldentey, Nápoles (2004-5, p. 351)

Estes fatos explicam a intensa competitividade alcançada pelos produtos mexicanos em mercado concorrido como é o norte-americano, e, o desempenho negativo da Argentina e da Venezuela no índice de reforma estrutural, uma vez que os seus principais produtos – petróleo no caso da Venezuela e alimentos em geral no caso da Argentina – independem da competitividade gerada pelas reformas.

Paralelamente, conforme se pode constatar na Figura 3, a seguir, foi a partir dos anos 90 que teve início o processo de liberalização comercial – que vai marcar um forte incremento nas importações da América Latina e do Caribe –, permitindo um melhor sistema de trocas e justificando em parte o crescimento das exportações.

Figura 3 – Alterações na taxa de crescimento real do PIB e na elasticidade das importações nos períodos 1970-80 e 1990-2000



Fonte: Moreno-Brid; Caldentey; Nápoles (2004-5, p. 351)

O Chile continua sendo a exceção, apresentando uma taxa negativa de elasticidade das importações – justificada pela reorganização econômica do país nos últimos trinta anos – mas que também apresenta taxa de crescimento próxima de zero nas exportações, demonstrando equilíbrio econômico que se reflete no volume de capitais estrangeiros aplicados no país.

Quanto ao Brasil, as suas exportações têm um comportamento incompatível com o seu parque industrial, mas que reflete ainda a insuficiência de reformas necessárias. Com relação às importações, a elasticidade demonstra a importância da liberalização comercial, que durante muito tempo impediu a livre concorrência no país e afastou os seus produtos manufaturados dos mercados mais competitivos.

Fica então evidente que a incorporação das propostas de um consenso internacional foi interessante para alguns países – embora não haja exemplo de um país que tenha seguido rigorosamente as propostas –, enquanto que aqueles que não tiveram interesse pelas reformas sugeridas, ou ainda o fizeram parcialmente, passam por crises desagradáveis que, inclusive, colocam em risco a estabilidade institucional.

3.2.3.2. Políticas públicas brasileiras e o Consenso de Washington

A partir dos anos 90, o Brasil passou a adotar políticas públicas engajadas com as propostas do Consenso de Washington. Desde então os resultados obtidos pelo país, se não são os melhores, permitiram uma maior participação do país no fluxo de capitais estrangeiros.

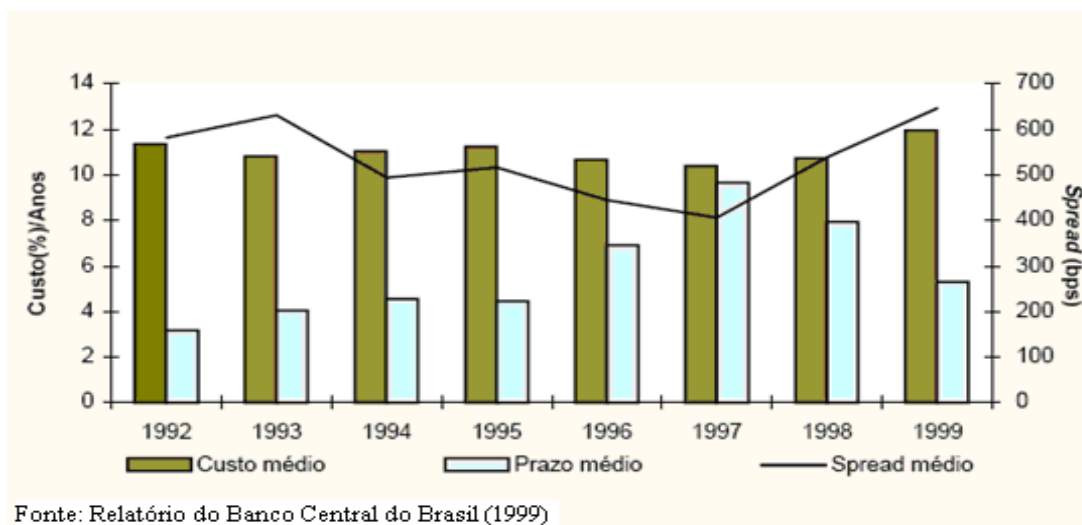
Lafer (2002), então Ministro das Relações Exteriores em 2001, no discurso da Reunião Regional Preparatória da América Latina e do Caribe para a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, declarou que, embora nos últimos dez anos tivessem avançado no campo democrático, os países em desenvolvimento ainda conheciam severos impedimentos no acesso aos recursos tecnológicos, financeiros e do conhecimento.

O Gráfico 1, em seguida, permite se observar a concentração do custo e dos *spreads*¹ em níveis elevados para as captações de recursos efetuadas pelo governo brasileiro no exterior, durante o período 1992-1999.

A única observação interessante é a elevação dos prazos das captações, o que evidenciava uma maior credibilidade junto à comunidade financeira internacional.

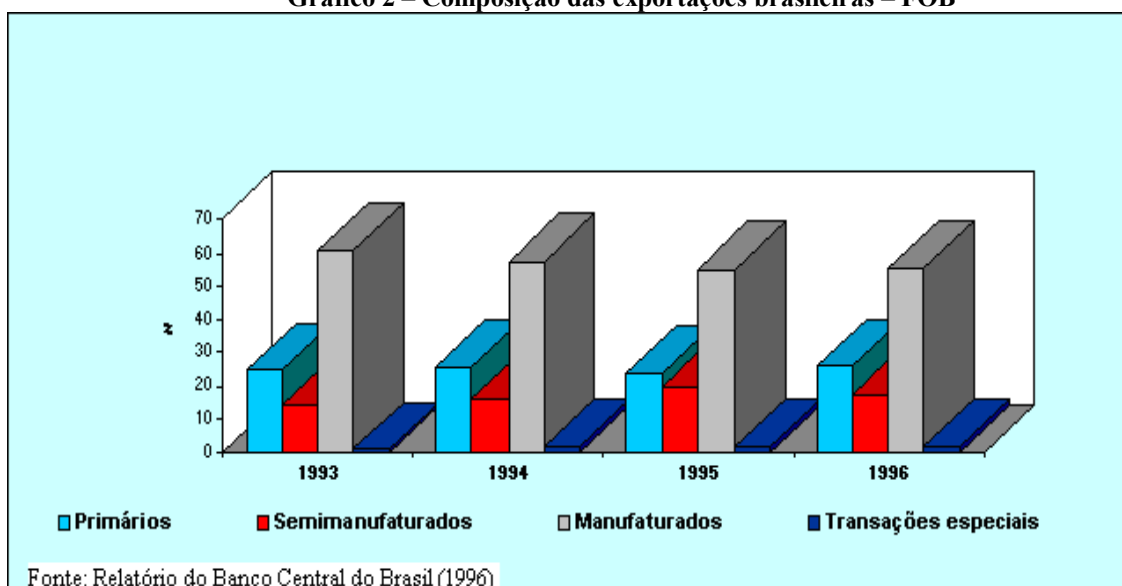
¹ Neste caso, conforme Garofalo Filho (2004, p. 243, inciso 2), *spread* é a taxa adicional de risco cobrada no mercado internacional, não de modo exclusivo, e que é variável conforme o prazo de resgate, a liquidez e as garantias do tomador do empréstimo.

Gráfico 1 – Captação de recursos externos



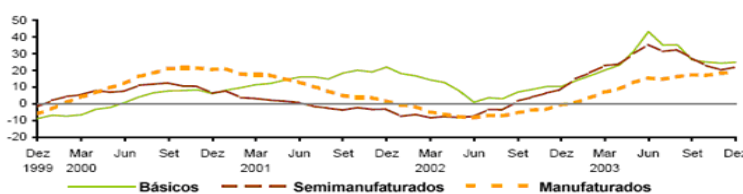
Por outro lado, o Gráfico 2 apresenta a composição das exportações brasileiras no período 1993-1996, com especial destaque para os produtos manufaturados que ainda lideravam a pauta de produtos.

Gráfico 2 – Composição das exportações brasileiras – FOB



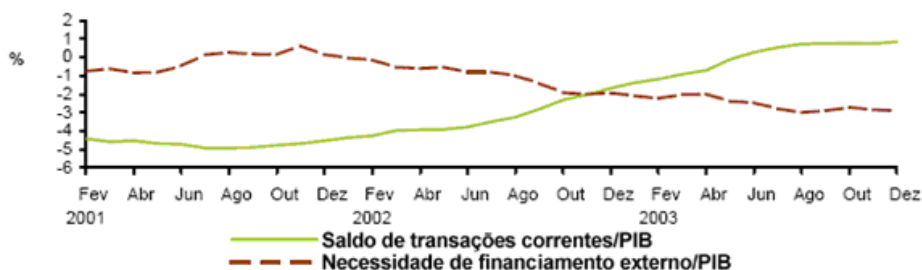
Já o Gráfico 3 apresenta a nova realidade das exportações brasileiras para o período 1999-2003, e, embora a base de comparação seja diferente – composição das exportações por fator agregado – percebe-se que os produtos básicos têm melhor performance do que os produtos manufaturados, o que evidencia a necessidade de reformas estruturais mais intensas para permitir a retomada de mercados por perda de competitividade. Além da necessidade de reformas para tornar os produtos nacionais manufaturados mais competitivos, as reformas também são importantes para fortalecer a credibilidade junto aos investidores estrangeiros.

Gráfico 3 – Exportação por fator agregado – FOB



Fonte: Relatório do Banco Central do Brasil (2003)

Gráfico 4 – Investimentos estrangeiros diretos e necessidades de financiamento externo



Fonte: Relatório do Banco Central do Brasil (2003)

O Gráfico 4 apresenta a atual realidade brasileira, ou seja, há um inédito saldo

superavitário em transações correntes – que não se pode considerar como sustentável, em função da oscilação dos preços internacionais das *commodities* e da instabilidade da economia global – compensando a constante diminuição dos investimentos estrangeiros e reduzindo a necessidade de financiamento externo.

Ao se projetar políticas públicas de longo prazo, o governo brasileiro deverá levar em conta os resultados já obtidos pela reformas efetuadas sob a orientação do Consenso de Washington, ampliadas pelas sugestões de Dani Rodrick – e que ainda não foram totalmente implementadas por questões políticas e nacionalistas menores – visando uma maior participação dos capitais de risco internacionais, uma vez que a geração de recursos próprios é de difícil equacionamento para um país continental como o Brasil.

O melhor exemplo desse tipo de política é o da China, revertendo a situação econômica em curto prazo e se tornando um dos maiores receptores de capitais de risco em todo o mundo.

Oliveira (1999) aponta um conjunto de três opções estratégicas de longo prazo e que estão disponíveis para o país fundamentar a sua inserção internacional competitiva e favorável a seus próprios interesses:

- Integração com os EUA, que permitiria, além da própria aproximação com o maior mercado consumidor do mundo, também a integração com a economia mundial. A implementação desta estratégia seria efetuada através do acesso ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA, ou pela institucionalização da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, ou por intermédio da integração com o MERCOSUL, ou ainda pela forma bilateral tradicional;

- Integração sub-regional, indo além do mecanismo de expansão comercial e objetivando um maior processo cooperativo através da promoção de modernização tecnológica e reestruturação industrial, estabelecendo mecanismos de investimento, solução de conflitos, questões trabalhistas, coordenação energética e macroeconômica;
- Alianças extra-hemisféricas, caracterizadas por diversificadas parcerias com a UE e com a Ásia, já que o cenário internacional deverá contar, nas primeiras décadas do século XXI, com três superpotências: EUA, UE e China.

Assim, as possibilidades brasileiras nesse contexto internacional tripolar, conforme Oliveira (1999), irão depender de um projeto nacional em termos amplos e que possa formular uma política externa mais ativa do que reativa, como tem se caracterizado até o momento.

3.3. Resgate do Problema de Pesquisa

O problema de pesquisa foi caracterizado para se verificar a possibilidade da política externa brasileira direcionada aos países desenvolvidos – especialmente aos EUA – ter permitido um aumento do IED no período 1947-2004.

Pela análise de conteúdo nos documentos obtidos – sintetizada no Quadro 9, a seguir – constatou-se que a política externa brasileira foi alinhada aos países desenvolvidos – com maior ênfase aos EUA – na maior parte do período 1947-2004 e, portanto, foi favorável ao aumento de IED no país.

Entretanto, ao se confrontar tal resultado com o referencial teórico organizado no estudo, verifica-se que somente o alinhamento aos países desenvolvidos não é suficiente para o Estado resolver suas questões internas. Assim, o aumento do fluxo de IED não necessariamente pode garantir o crescimento e desenvolvimento.

Quadro 8 – Síntese da Política Externa Brasileira no período 1947-2004

DÉCADA	GOVERNO / PERÍODO	SITUAÇÃO	SÍNTESE NA DÉCADA
1940	Dutra – 1946-1950	Alinhada	Alinhada
1950	Vargas – 1951-1954	Alinhada	Alinhada
	Café Filho – 1954-1955	Alinhada	
	Juscelino – 1956-1961	Alinhada	
1960	Jânio – 1961	Autônoma	Alinhada
	João Goulart – 1961-64	Autônoma	
	Castelo – 1964-1967	Alinhada	
	Costa e Silva – 1967-69	Alinhada	
1970	Médici – 1969-1974	Alinhada	Alinhada
	Geisel – 1974-1979	Não alinhada aos EUA	
1980	Figueiredo – 1979-1985	Alinhada	Alinhada
	Sarney – 1985-1990	Alinhada	
1990	Collor – 1990-1992	Alinhada	Alinhada
	Itamar – 1992-1995	Alinhada	
	FHC (I) – 1995-2000	Alinhada	
Novo Milênio	FHC (II) – 2001-2002	Alinhada	Indefinida
	Lula – 2002-2004	Não alinhada aos EUA	

Fonte: Quadros 1 a 7

Diante de tais constatações, justifica-se uma análise quantitativa (capítulo seguinte) para se confirmar a hipótese de que a adoção de uma política externa alinhada atrairá maior volume de IED com conseqüente incremento do PIB.

4. FLUXO DE CAPITAIS INTERNACIONAIS E REGRAS QUE REGULAM OS INVESTIMENTOS

Neste capítulo, o estudo tem como diretriz efetuar uma revisão sobre o comportamento do fluxo de capitais internacionais, e das regras que o regulam, principalmente ao longo da segunda metade do século XX, na qual ficou mais acentuada a participação desses capitais, quer na recuperação econômica de países já desenvolvidos como no crescimento da economia de países emergentes ou menos desenvolvidos.

Uma pesquisa quantitativa sobre o fluxo de capitais estrangeiros no Brasil complementar o capítulo, permitindo a confirmação da hipótese de que a política externa direcionada aos países desenvolvidos e a adoção das diretrizes determinadas por um consenso internacional são componentes para a maior atratividade do capital externo.

4.1. Evolução do Fluxo de Capitais Internacionais

O sistema financeiro internacional viveu um período de grande indefinição no intervalo entre as duas grandes guerras mundiais. No final da 2ª Grande Guerra instalou-se o Sistema de Bretton Woods, caracterizado por uma maior estabilidade das taxas cambiais – que permitiu uma forte expansão no comércio e nos investimentos internacionais – e a redução da volatilidade dos fluxos de capitais até então existente.

No início da década de 1970, com o desenvolvimento dos mercados financeiros, o avanço das comunicações e o progresso das tecnologias de processamento da

informação, os esforços para se conter os fluxos de capitais internacionais são praticamente anulados e surge novamente uma forte mobilidade do capital.

Dada a independência política dos países e as conseqüentes divergências nas medidas e fatos econômicos, de acordo com Solomon (1979), “algo” deveria acontecer nas relações econômicas, para aquele momento e para o futuro previsível, e esse “algo” deveria estar relacionado com a taxa cambial.

A partir de 1973 a política monetária internacional foi desprendida politicamente das amarras estabelecidas em Bretton Woods e passa a vigorar um sistema de taxas cambiais flutuantes – o “algo” relacionado com a taxa cambial estava realizado. Com isto, os países que impunham severos controles, principalmente os “em desenvolvimento” como qualifica Eichengreen (2000), estariam correndo o risco de perderem a sua atratividade aos capitais externos para outros menos rigorosos e/ou onerosos.

No final da década de 1970, três ambientes transformaram o mercado financeiro internacional:

- A implantação do Sistema Monetário Europeu – SME, que estabelecia um limite para as flutuações das taxas de câmbio;
- As mudanças ocorridas nas políticas internas dos EUA, sintetizadas no forte aumento das taxas de juros e que se refletiu na valorização da moeda norte-americana – US\$;
- As mudanças também ocorridas no Japão, que após longo período de intervenções no mercado de câmbio, fez com que o Banco do Japão permitisse a livre flutuação da taxa de câmbio.

Em função desses novos ambientes, houve uma forte atração dos capitais estrangeiros pelos EUA – principalmente pelas altas taxas de juros praticadas – e que implicou em uma significativa valorização do dólar norte-americano.

A adoção do regime de taxas cambiais flutuantes pelos países desenvolvidos, como já exposto, contribuiu para uma maior mobilidade internacional do capital, porém, nos países em desenvolvimento, com mercados financeiros imaturos, a flutuação do câmbio poderia causar instabilidades que resultariam em elevada volatilidade nesses mercados. Contrariamente então, os países em desenvolvimento utilizaram sistemas de taxas cambiais fixas para melhor controle dos capitais estrangeiros.

Na América Latina, onde se verificou grande impacto na depressão da década de 1930, ficou muito acentuada a necessidade de se proteger a economia das variações dos mercados internacionais e as barreiras tarifárias, junto com os controles de capital, foram os instrumentos utilizados para separar as transações locais das internacionais. Porém, com a necessidade de aumentar a produção, até então limitada aos mercados internos, os países em desenvolvimento – em especial os latino-americanos – iniciaram um processo de liberalização do mercado e de incentivos à exportação.

Assim como nos países industrializados, a liberalização dos mercados atrai os fluxos financeiros internacionais e estes se tornam mais difíceis de controlar. Entretanto, a partir dos anos 90, os mesmos fatores que desestabilizaram o câmbio fixo nos países desenvolvidos – dificuldade de conter movimentos internacionais de capital e políticas governamentais irrealistas – fazem com que os países em desenvolvimento também adotem o câmbio flutuante.

E é na década de 1990, período Pós-Guerra Fria, que houve uma significativa aceleração no crescimento dos países em desenvolvimento, com efeitos favoráveis em

todo o mundo, e sem que houvesse diferenciação entre vários deles e os países industrializados – a China é o caso mais exemplar.

Simultaneamente, nesse período, o sistema financeiro internacional passou por três revoluções de uma só vez: a desregulamentação, a internacionalização e a inovação. O melhor indicador dessas revoluções é a constatação de que no início dos anos 90, só nos países industrializados, a saída de capital bruto variou sete vezes mais em relação ao período 1975-79 (SOLOMON, 2001).

A razão para o aumento dessa maior mobilidade de capital foi a utilização de instrumentos de proteção contra possíveis prejuízos nas transações – os contratos derivados – que no final de 1996 representavam um valor de US\$ 34 trilhões.

Dessa forma, no quarto de século Pós-Bretton Woods, o que se verificou foi um esforço muito grande para se manter/reconstruir o sistema de câmbio fixo, porém, em todos os casos – sejam países desenvolvidos ou em desenvolvimento – a chave do insucesso, de acordo com Eichengreen (2000), estaria nessa mobilidade internacional do capital cada vez mais intensa.

O cenário internacional Pós-Guerra Fria também se caracterizou por uma intensificação das crises financeiras e de mercados, com abalo de confiança dos investidores e um questionamento sobre a capacidade dos organismos internacionais na adoção de medidas que poderiam eliminar tais crises.

Essa constatação pode ser aprofundada pela análise da afirmação de Kindleberger (2000), para quem as manias e o pânico estão associados à irracionalidade geral ou à histeria em massa e que haverá a falência de um mercado com expectativas racionais no momento em que a qualidade de percepção e de reação dos estímulos

forem avaliados em quantidades diferentes, ou seja, se há racionalidade dos indivíduos poderá haver irracionalidade dos mercados.

Embora não haja aqui o interesse em se analisar as expectativas racionais, cabe notar que negligenciar a ocorrência de crises financeiras com base em que não pode haver ocorrências de bolhas e quebras porque isso, ainda segundo Kindleberger (2000), implicaria em irracionalidade, é ignorar um mal em favor de uma teoria.

Solomon (1979) em outro tipo de análise, para o mesmo tipo de questão, alertava sobre a necessidade dos acordos monetários internacionais serem elaborados com imunidade às declarações públicas de funcionários governamentais. Na década de 1960 e início dos anos 70, Solomon verificou que grandes investimentos especulativos, e mesmo crises, foram desencadeadas por pronunciamentos públicos de ministros da fazenda, legisladores e outros. Uma vez que não há uma forma previsível de impedir que políticos e outros funcionários – ou ainda indivíduos influentes de outras esferas – façam pronunciamentos públicos, a única solução seria tornar o sistema financeiro internacional menos vulnerável a choques dessa espécie.

O mesmo Solomon (2001) reconhece, entretanto, que embora os fluxos de capital para os países industrializados já fossem de grande importância nas décadas de 1960 e 1970, a mobilidade internacional de capital é atualmente um fenômeno mundial.

E a razão disso pode ser explicada pela análise de Albert Hirschman (no artigo *Good News Is Not Bad News*, publicado em 1990 pela *New York Review of Books* e citado em Solomon, 2001, p.159) sobre a imprevisibilidade do colapso do poder comunista na Europa Oriental, da queda do Muro de Berlim, do final da Guerra Fria e da reunificação da Alemanha, acontecimentos verificados em curtíssimo espaço de tempo e de enorme surpresa tanto para “experts” como para os cidadãos comuns, mas

que não trouxeram um abalo para o sistema financeiro internacional dada a capacidade do mesmo em se posicionar rapidamente em relação a tais acontecimentos.

Essa capacidade de se posicionar rapidamente deve-se à existência do dinheiro virtual que, segundo definição de Elinor Harris Solomon (publicada no livro *Virtual Money* em 1997 e citado em Pilagallo, 2000, p. 152), é criado no ciberespaço a partir de sua própria rapidez de locomoção e que, viajando na velocidade da luz, é muito mais rápido que os sistemas de compensação e aproveita esse descompasso para se multiplicar momentaneamente, circulando enquanto os balanços da movimentação não fecham.

Com frequência esse dinheiro ilusório também não pode ser detectado diretamente, mas seus efeitos são bem reais, como a volatilidade dos mercados de câmbio e das bolsas. Também Paul Krugman faz uma observação importante sobre o dinheiro virtual:

“Quem controlaria o sistema monetário em um universo totalmente virtual? Quem prestaria socorro quando algo desse errado? No final, encontram-se respostas para tais dúvidas, mas pode ser necessário um punhado de crises feias para o domínio total do método” (PILAGALLO, 2000, p. 155).

4.1.1. Fatores de Risco para maior atratividade

Este item discutirá a visão dos investidores internacionais em relação ao destino dos seus capitais, e sob esse aspecto a questão do risco passa a ser tão importante quanto a rentabilidade.

A literatura sobre a análise do risco é componente da área financeira internacional, porém, neste estudo o foco sobre o risco ficará limitado aos aspectos legais e conceituais da inversão financeira internacional.

Convém também se destacar que o objetivo principal do estudo refere-se aos capitais de risco, ou seja, capitais que terão remuneração exclusivamente sobre os resultados obtidos no empreendimento.

4.1.2. Definição e Legislação

De início cabe definir-se que o IED, ou na expressão em inglês *Foreign Direct Investment* – FDI como é mais conhecido internacionalmente, é o processo no qual residentes de um país adquirem a propriedade de ativos em outro país, com o propósito de controlar a produção, a distribuição e outras atividades de uma empresa (MOOSA, 2002).

O FMI, ainda segundo Moosa, define o IED como um investimento que é feito para se adquirir uma participação permanente em uma empresa que opera em outra economia, distinta daquela do investidor em ações de bolsa, sendo o objetivo deste obter a efetiva voz de comando na empresa.

Para a ONU, também de acordo com Moosa, o IED é um investimento envolvendo uma relação de longo prazo que reflete uma participação permanente e o controle de entidade residente em uma economia (um investidor direto estrangeiro ou uma empresa coligada) em uma empresa residente em uma outra economia.

No Brasil a regulamentação do capital estrangeiro está estabelecida na lei 4131 de 03/12/1962 – modificada pela lei 4390 de 29/08/1964 e regulamentada pelo decreto

55762 de 17/02/1965 –, que, em seu artigo 1º, conceitua o capital estrangeiro como o conjunto de bens, máquinas e equipamentos entrados no Brasil sem dispêndio inicial de divisas – destinados à produção de bens ou serviços – assim como os recursos financeiros ou monetários – introduzidos no país para aplicação ou utilização em atividades econômicas – desde que pertençam a pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior.

No artigo 3º da mesma lei foi instituído o serviço de registro dos capitais estrangeiros, a fim de se identificar:

- Capitais estrangeiros sob a forma de investimento direto ou de empréstimo – quer em moeda ou em bens;
- Remessas para o exterior como retorno de capitais ou de rendimentos, lucros, dividendos, juros, amortizações, assim como *royalties*, pagamento de assistência técnica ou outro título que signifique transferência de rendimentos;
- Reinvestimentos de lucros;
- Alterações do valor monetário do capital das empresas, procedidas segundo a legislação em vigor.

De acordo com essa mesma legislação, a remessa dos lucros não tem limitação, porém, quando a média das remessas de três anos excede a 12% do capital mais reinvestimentos, há taxaçaõ progressiva. Para rendimentos de investimentos aplicados em indústrias de produtos luxuosos, o limite de remessa é de 8%. Caso excedam a esse limite, as remessas serão consideradas retorno de capital e deduzidas do registro correspondente para efeito de remessas futuras.

4.1.3. Tipos de Risco

Dada a conceituação e a legislação para tratamento do capital estrangeiro – neste caso a brasileira por ser referente ao objetivo do estudo – percebe-se que há um componente importante na decisão do investidor internacional: o risco de seu capital não ter retorno ou retornar em proporção inferior ao projetado inicialmente.

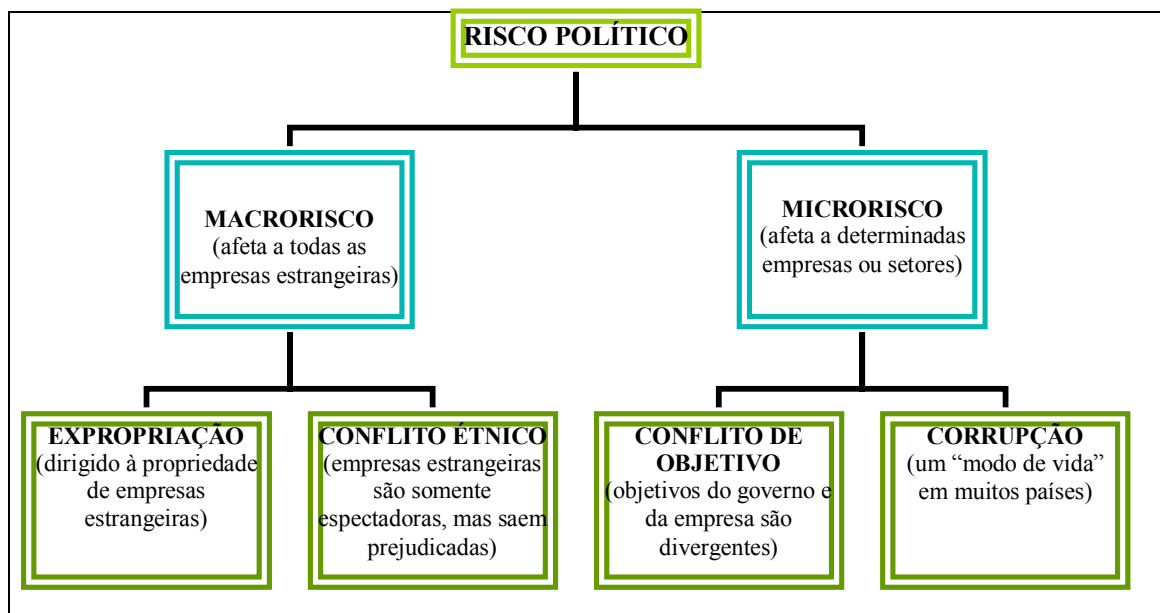
Segundo Moosa (2002), se as perdas verificadas em um investimento internacional forem causadas por um descontrole da própria empresa receptora dos investimentos, o risco será comercial e não haverá o que se questionar por parte do investidor estrangeiro. Se, todavia, tais perdas forem causadas por um descontrole da economia – que é regida pelo governo – aí então se caracterizaria o risco país.

Moosa estabelece que o risco país pode ser definido como uma exposição a perdas em transações internacionais, causadas em um país por eventos que são controlados pelo governo mas não pelas empresas e indivíduos.

Além do risco país, Keegan (2005) classifica o risco como um componente político originado por uma mudança na política governamental – independentemente da ordem econômica – capaz de fazer um investidor desistir de operar nesse mercado.

Para Moosa, as teorias sobre risco país e risco político são empregadas nas decisões sobre IED, porém, as evidências empíricas sobre os efeitos desses riscos variam de país para país e a intuição de cada investidor, sobre o descontrole macroeconômico, as decisões governamentais equivocadas, os freqüentes déficits na balança comercial e no balanço de pagamentos internacionais, será suficiente para influenciar a decisão sobre IED em países com essas características.

Quadro 9 – Micro e Macro composição do Risco Político



Fonte: Eiteman, 2002, p. 25

O Quadro 9, apresenta a subdivisão do risco político em dois eixos, configurando a ação governamental de ordem política e as formas de risco que as empresas receptoras de investimentos estrangeiros estarão sujeitas.

Tais formas de risco, segundo Eiteman (2002), caracterizam-se em:

- Expropriação: apreensão oficial, pelo governo, da propriedade privada. É reconhecida internacionalmente como um direito de qualquer estado soberano, desde que os proprietários recebam compensação imediata por um valor de mercado em moeda conversível. Essas características não são atendidas, via de regra, pelos governos expropriadores que geralmente oferecem títulos governamentais de longo prazo e com duvidoso valor corrente de mercado;
- Conflitos étnicos: estão caracterizados, principalmente, por questões religiosas que aumentaram consideravelmente a partir da década de 1990;

- O microrisco, na atualidade, surge de um conflito de objetivos entre governo e empresas, porém, a corrupção – freqüentemente ligada ao nepotismo – também contribui para aumentar o risco dos investimentos estrangeiros.

Sobre tais efeitos da corrupção, Eiteman cita a existência de publicações especializadas sobre corrupção nas transações internacionais, nas quais é apresentado um índice de percepção de corrupção – o da *Transparency International* - TI – que em 1999 apontou o Brasil na 46ª posição com uma pontuação de 4,0 enquanto que a Dinamarca, 1ª colocada, pontuou 10,0. Entretanto, isto não significa corrupção real, como alerta Eiteman, pois se baseia apenas na percepção das pessoas que trabalham em empresas multinacionais e em instituições internacionais.

A fim de transferir o risco político para o próprio país do investidor, vários países desenvolvidos possuem programas para proteger investimentos feitos por seus cidadãos nos países em desenvolvimento. Eiteman cita o caso da *Overseas Private Investment Corporation* - OPIC, instituição norte-americana organizada em 1969, que oferece cobertura de seguro para quatro tipos de risco político:

- Inconvertibilidade: é o risco de o investidor não ser capaz de converter os lucros, *royalties* ou o próprio capital investido na moeda original;
- Expropriação: é o risco de que o governo anfitrião tome medidas que impeçam o investidor de exercer o controle efetivo da sua propriedade;
- Guerra, revolução, insurreição e conflitos civis ocasionam danos à propriedade material do investidor, que serão cobertas integralmente;
- A receita do negócio não alcançou os níveis desejados, em função de eventos políticos que causem prejuízos aos ativos, e serão integralmente cobertos.

Dessa forma, a atratividade de cada país aos IED está diretamente relacionada ao fator risco e vinculada ao risco político, não só pela rentabilidade, mas também pela segurança.

E foi da necessidade de se avaliar precisamente os fatores de risco de cada país que surgiram as agências internacionais classificadoras de risco, tornando-se rapidamente os principais direcionadores do fluxo internacional de capitais.

4.2. Análise Quantitativa do Fluxo de Capitais Estrangeiros no Brasil

A análise quantitativa do fluxo de capitais estrangeiros no Brasil, neste ponto do estudo, tem como finalidade confirmar a hipótese já mencionada através da técnica estatística.

Para tal, o plano amostral se compõe de acordo com as seguintes classificações e características:

- População: governos republicanos brasileiros;
- Universo: governos brasileiros após a Independência do país;
- Amostra: governos brasileiros pós-2ª Guerra Mundial, período 1947-2004;
- Variáveis: a variável independente é o volume dos investimentos estrangeiros diretos – IED ingressado a cada período de governo, enquanto que a variável dependente é o PIB brasileiro acumulado em cada período de governo;
- Processo de amostragem: dados secundários do IED disponíveis na série Balanço de Pagamentos constante no Relatório Anual – 2004 do Banco

Central do Brasil, e, do PIB no Ipeadata – sítio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;

- Coleta de dados: os dados para o período analisado (1947-2004) foram obtidos através de pesquisa e classificação nas seguintes áreas dos documentos: sobre o IED no item Investimento Direto (líquido) da subseção Conta Financeira, seção Conta Capital e Financeira do Balanço de Pagamentos, e, sobre o PIB na subseção Contas Nacionais - BCB Boletim/Ativ. Ec. da seção Dados Macroeconômicos - Temas;
- Técnica empregada: Foi utilizada a regressão linear pelo método dos mínimos quadrados para a definição de uma reta ajustada aos dados existentes e que permita a verificação de influências da variável independente sobre a variável dependente;
- Análise dos resultados: os dados deverão ser analisados a partir da equação $Y = mX + b$, na qual X é a variável independente, m = coeficiente angular da reta ajustada pelo método dos mínimos quadrados obtidos a partir das seguintes equações: Coeficiente Angular $m = \frac{n(\sum xy) - (\sum x \cdot \sum y)}{n.[\sum x^2 - (\sum x)^2]}$ e

$$\text{Coeficiente Linear (intercepto)} \quad b = \frac{\sum y \cdot \sum x^2 - \sum x \cdot \sum xy}{n \cdot \sum x^2 - (\sum x)^2}.$$

Embora o reflexo do IED sobre o incremento do PIB possa ser percebido independentemente da análise estatística, os resultados do estudo, analisados conforme descrito acima, permitirão a comprovação científica de que, mesmo com a alternância da política externa brasileira, houve um incremento no PIB do país.

Dessa forma, a Tabela 4, relaciona os valores do investimento estrangeiro direto nos respectivos períodos de governo com o PIB verificado em cada um desses períodos.

Tabela 4 – Investimento Estrangeiro Direto no Brasil (IED) por período de governo – 1947-2004

GOVERNO/PERÍODO	IED total do período – US\$ bilhões	PIB brasileiro do período – US\$ bilhões
Dutra – 1947-1950	0,205	48,57
Vargas – 1951-1954	0,268	64,17
Café Filho – 1955	0,079	11,41
Juscelino – 1956-1960	0,741	80,32
Jânio Quadros – 1961	0,147	17,25
João Goulart – 1962-1963	0,219	43,98
Castelo Branco – 1964-1967	0,514	104,23
Costa e Silva – 1968-1969	0,356	71,52
Médici – 1970-1973	3,690	344,97
Geisel – 1975-1978	6,601	662,30
Figueiredo – 1979-1984	12,782	1.370,25
José Sarney – 1985-1989	6,839	1.472,89
Collor – 1990-1991	2,091	875,00
Itamar – 1992-1994	5,502	1.360,08
FHC (1º) – 1995-1998	63,046	3.076,63
FHC (2º) – 1999-2002	100,404	2.107,99
Lula – 2003 e 2004	28,310	1.111,66

Fonte dos dados: Banco Central do Brasil – IED e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – PIB

Como os períodos de governo são desuniformes, a comparação pelos valores totais de IED e PIB estaria comprometida, já que um governo com período mais longo poderia apresentar PIB total maior sem necessariamente ter havido aumento de IED.

Assim, a Tabela 5 foi organizada com a finalidade de demonstrar o valor médio de IED e de PIB em cada período de governo. Sobre os valores dessa tabela é que será desenvolvida a análise de regressão.

Embora a Tabela 5 também indique que o IED exerce influência no comportamento do PIB brasileiro, cabe comprovar se a alternância de políticas externas possibilitou o incremento do IED e, conseqüentemente, do PIB.

Para isto, o IED médio (da Tabela 5) foi denominado variável independente X e o PIB médio (da mesma Tabela) variável dependente Y. Em seguida foi definida a reta que se ajusta aos dados existentes, fazendo-se uma regressão linear pelo método dos mínimos quadrados e obtendo-se uma função que possibilitará a verificação de influências do IED sobre o comportamento do PIB.

Tabela 5 – Valores médios de IED e de PIB por período de governo

GOVERNO	IED médio do período – US\$ bilhões	PIB médio do período – US\$ bilhões
Dutra	0,05125	12,1425
Vargas	0,06700	16,0425
Café Filho	0,07900	11,4100
Juscelino	0,14820	16,0640
Jânio Quadros	0,14700	17,2500
João Goulart	0,10950	21,9900
Castelo Branco	0,12850	26,0575
Costa e Silva	0,17800	35,7600
Médici	0,73800	68,9940
Geisel	1,65025	165,5750
Figueiredo	2,13033	228,3750
José Sarney	1,36780	294,5780
Collor	1,04550	437,5000
Itamar	1,83400	453,3600
FHC (1º)	15,76150	769,1575
FHC (2º)	25,10100	526,9975
Lula	14,15500	555,8300

Fonte dos dados: Banco Central do Brasil – IED e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – PIB

A análise de regressão linear das variáveis IED e PIB não deu suporte ao pressuposto de linearidade, indicando a necessidade de uma transformação logarítmica de ambas as variáveis. Após as transformações dos dados, obteve-se os resultados contidos na Tabela 6.

Tabela 6 – Transformação das variáveis lineares em logarítmicas

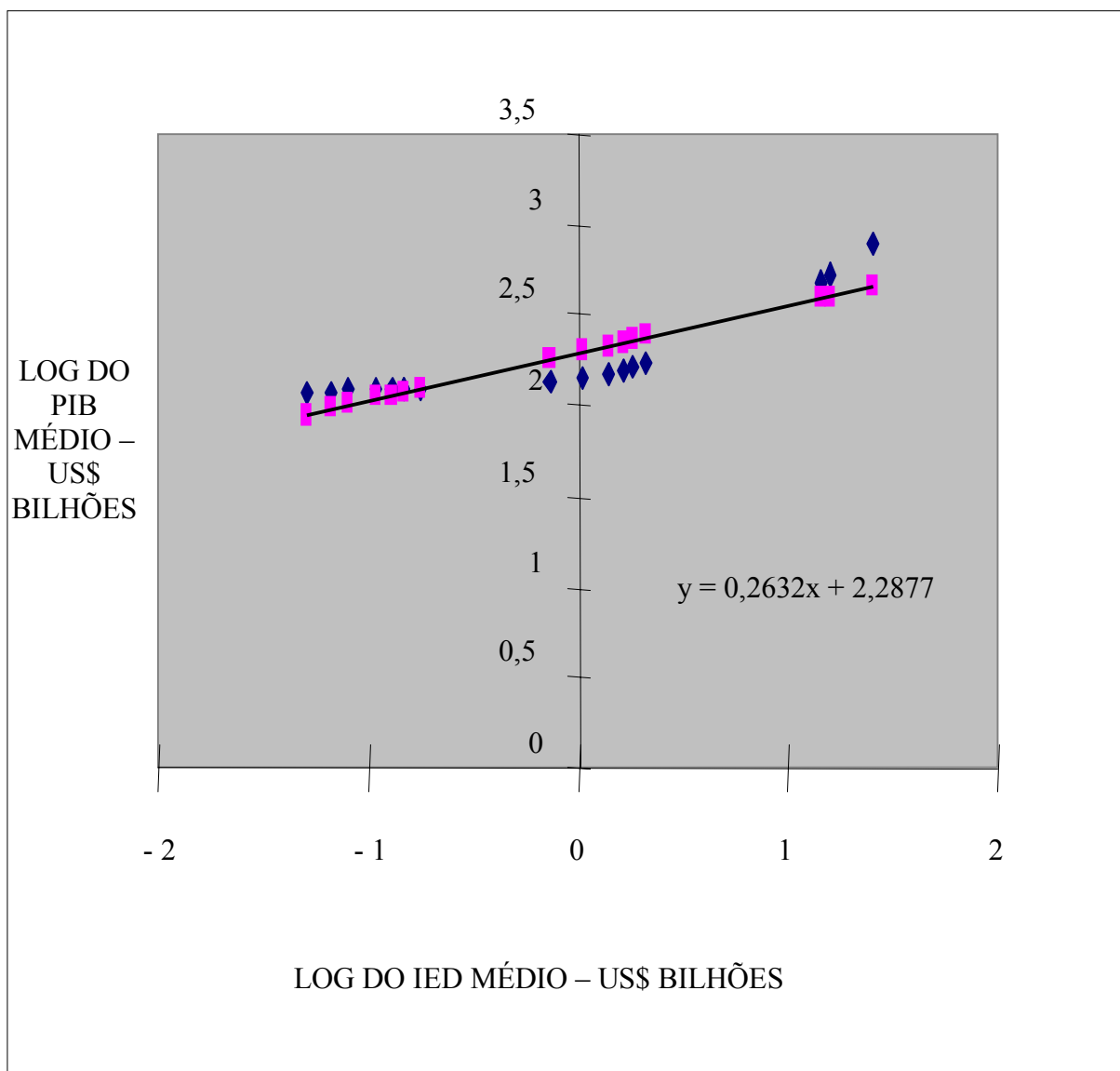
GOVERNO	IED médio do período – US\$ bilhões	Log do IED médio – US\$ bilhões	PIB médio ajustado do período – US\$ bilhões	Log do PIB médio – US\$ bilhões
Dutra	0,05125	-1,29	118,3813	2,07
Vargas	0,06700	-1,17	118,7871	2,07
Café Filho	0,07900	-1,10	119,0964	2,08
Juscelino	0,14820	-0,83	120,8796	2,08
Jânio Quadros	0,14700	-0,83	120,8487	2,08
João Goulart	0,10950	-0,96	119,8823	2,08
Castelo Branco	0,12850	-0,89	120,3719	2,08
Costa e Silva	0,17800	-0,75	121,64	2,09
Médici	0,73800	-0,13	136,0782	2,13
Geisel	1,65025	0,22	159,5861	2,20
Figueiredo	2,13033	0,33	171,9573	2,24
José Sarney	1,36780	0,14	152,3076	2,18
Collor	1,04550	0,02	144,0022	2,16
Itamar	1,83400	0,26	164,3211	2,22
FHC (1º)	15,76150	1,20	523,2203	2,72
FHC (2º)	25,10100	1,40	763,8908	2,88
Lula	14,15500	1,15	481,8222	2,68

Fonte dos dados: Banco Central do Brasil – IED e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – PIB

A transformação logarítmica do IED suportou o pressuposto de normalidade com um nível de significância 0,05 e obteve-se uma estatística Shapiro-Wilk igual a 0,905 (sig. 0,085), enquanto que a normalidade da variável dependente PIB foi suportada pela análise dos índices de assimetria (0,085) com um desvio-padrão (0,550) e de curtose (-1,854) com erro padrão de (1,063).

As transformações de log do PIB médio em função de log do IED médio por período de governo, ilustradas no gráfico V a seguir, apresentaram uma correlação r de Pearson de 0,893. A regressão das variáveis transformadas produziu então a seguinte equação: $\log PIB\ médio = 2,2876 + 0,2632 \log IED\ médio$, e a análise da regressão dessas variáveis apresentou uma estatística F de Snedecor igual a 58,238 (sig. 0,000) e um coeficiente de explicação $R^2 = 0,797$, denotando uma boa qualidade do ajuste.

Gráfico V – Log do PIB médio x Log do IED médio



Assim, face às constatações obtidas na análise dos resultados da análise quantitativa, fica confirmada cientificamente a hipótese e comprova o *constructo* de que uma política externa alinhada atrairá um maior volume de IED e conseqüente aumento do PIB.

CONCLUSÕES

A tese teve como objetivo geral estudar os efeitos que a política externa brasileira exerce sobre o fluxo de capitais externos no país.

Para isso, formulou-se um problema de pesquisa baseado na possibilidade da política externa favorecer o aumento de IED no período 1947-2004, assim escolhido por ter sido o período no qual o fluxo de IED mais se acentuou em todo o mundo.

Com a definição do problema de pesquisa e do objetivo geral do estudo, formulou-se um *constructo*, no qual uma política externa alinhada deve atrair um maior volume de IED com conseqüente crescimento do PIB, confirmando a hipótese de que uma política externa alinhada aumenta a atratividade brasileira ao IED. Caso o aumento do PIB não se correlacionasse com o volume de IED, não haveria influência da política externa brasileira na atratividade do IED e a hipótese estaria negada.

Para permitir um melhor entendimento dos resultados obtidos no estudo, as conclusões serão apresentadas sob a forma de uma síntese teórica, de uma síntese empírica e de considerações finais.

Síntese Teórica

A revisão da literatura política clássica concentrou-se em Aristóteles, Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Grotius e Kant mais a contribuição analítica contemporânea de Arendt, North e Giddens, tendo como destaque os seguintes aspectos:

- A organização política do Estado tem origem na Antigüidade com a formulação aristotélica das cidades-estado, que visariam a obtenção da

felicidade humana – situação material – e a formulação da forma de governo e de instituições sociais capazes de assegurarem tal situação material;

- Maquiavel se inspira na teoria política aristotélica, direcionando suas principais obras para a divergência entre as cidades-estado gregas e os estados europeus independentes. Em *O Príncipe*, Maquiavel se mostra adepto da monarquia despótica. Esta é a sua obra mais importante e que serve de inspiração às ações dos monarcas absolutistas da Europa Moderna, mas, simultaneamente, o transforma em sinônimo da ação antiética e imoral pelos princípios ali recomendados;
- Já na metade do século XVII, Hobbes conduz o pensamento político à modernidade. O *Leviatã* transmite a preocupação de se colocar o indivíduo social – homem e suas relações sociais – como principal referencial na concepção do Estado. Dessa forma, as idéias de Hobbes sobre o homem como ser desejanse se desloca para a sua principal proposição: o desejo do homem pelo poder. Com essa proposta, Hobbes deduz a essência do Estado como uma entidade composta pela soma dos poderes individuais dos homens em sociedade. Assim, no momento em que o coletivo predomina sobre o individual, ocorre a passagem do “Estado de Natureza” para o “Estado de Sociedade”. O Estado surge então como solução ao instável estado de natureza dos homens, reconhecendo que o desejo pelo poder é uma das causas que inviabilizam a vida do homem também no estado de sociedade;

- A obra de Locke surge no final do século XVII (1690) – momento em que o regime absolutista inicia a sua queda –, e tem dois objetivos distintos: no primeiro, Locke refuta as idéias sobre o direito divino dos reis, por não concordar que os tiranos fossem igualados aos príncipes legítimos; no segundo tratado, Locke discute a natureza e os limites da autoridade política. Este é o principal marco da sua obra, pois, ao partir do estado de natureza hobbesiano, Locke considera que os homens nascem livres, independentes e são governados pela própria razão. Dessa forma, o único direito que lhes é reconhecido denomina-se direito natural. Para Locke, então, a função governo estaria limitada a garantir o respeito pelos direitos naturais dos cidadãos – a vida, a liberdade e os bens. Portanto, Locke considera que o bem público deve servir às realizações individuais e não a fins coletivos indefiníveis. Por estas observações Locke foi considerado como o principal fundador do liberalismo;
- No século XVIII, a obra de Rousseau vai inspirar importantes reformas políticas ao efetuar uma reflexão entre a natureza das relações sociais e a origem do Estado. Na primeira parte, Rousseau vai buscar meios para minimizar as injustiças que resultam da desigualdade social, recomendando três caminhos: igualdade de direitos e deveres políticos; educação pública para todas as crianças; um sistema econômico e financeiro que combine recursos da propriedade pública com taxação sobre as heranças e o luxo. Na segunda parte, a teoria política de Rousseau é uma síntese de Hobbes e de Locke desenvolvendo os

princípios políticos que começam a discutir a desigualdade entre os homens como um fato irreversível. O contrato social para Rousseau seria uma livre associação de seres humanos inteligentes, que deliberadamente resolveriam formar certo tipo de sociedade e à qual passam a prestar obediência mediante o respeito à vontade geral. Locke já tinha assumido que a vontade da maioria deve ser o correto – vontade de todos. Rousseau questionou essa postura argumentando que os indivíduos que compõem a maioria podem desejar algo contrário aos objetivos e necessidades do Estado, para com o bem comum. A vontade geral asseguraria a liberdade, a igualdade e a justiça dentro do Estado, não importando a vontade da maioria. Dessa forma, no Contrato Social, a soberania individual seria cedida para o Estado na forma que esses objetivos pudessem ser atingidos. Por isso, a vontade geral dotaria o Estado de força para atuar em favor das teses fundamentais, mesmo que isto significasse estar contra a vontade da maioria em alguma questão particular. Os princípios de Rousseau, embora significativos para o fim do absolutismo, também podem ser considerados como uma inspiração do autoritarismo, uma vez que aceita a inevitabilidade da guerra em uma sociedade de Estados – princípio realista baseado em Maquiavel e Hobbes;

- Arendt, em 1951, percebeu que o imperialismo não se limitava ao expansionismo dos grandes grupos econômicos. Realçava-se então a singularidade do totalitarismo, como uma forma de governo baseada na organização burocrática de massas e apoiada no emprego do terror e da

ideologia. A teoria política clássica e moderna sempre viu o totalitarismo como algo que se origina de fora – muito comum no mundo oriental –, mas foi a inesperada outra face da modernidade ocidental que possibilitou a democracia, a prosperidade econômica e os direitos humanos. Dessa forma, pelas idéias de Arendt, a desgraça política do século XX não se deve exclusivamente aos regimes totalitários que tiraram a liberdade como característica primordial do político, mas, sim, o fato de que seu aparecimento também pode vir a contagiar os partidos políticos de origem liberal;

- Para North, há um custo de transação no sistema econômico originado pelas Instituições – formais e informais – cujo principal agente é a incerteza. Daí se origina um modelo que transfere às Instituições a responsabilidade pela diminuição das incertezas, e, às Organizações – políticas, econômicas, sociais e educacionais, como os principais agentes da sociedade – que atuarão seguindo as regras das Instituições. Surge então a dinâmica institucional – conjunto integrado pelas Instituições e Organizações – como responsável pela evolução institucional e pelo desempenho econômico das sociedades;
- Sobre a questão do poder na sociedade, a idéia de Giddens sobre a existência de recursos é fator determinante para a execução dos programas de governo e a manutenção do poder. A não existência desses recursos internamente, leva à busca externa dos mesmos e à sujeição das regras internacionais que direcionam os fluxos de recursos. Para

umentar a atratividade a esses recursos, não basta a existência de bons indicadores econômicos, mas, fundamentalmente, a estabilidade política.

Vários acontecimentos contemporâneos acarretaram mudanças relacionadas à posição dos principais pensadores políticos clássicos. O colapso do comunismo soviético e a desintegração do socialismo como modelo para uma ordem social alternativa, causaram uma reviravolta na concepção política dos Estados e um retorno ao pensamento liberal, que havia sido deixado à margem pelo pensamento realista no período da Guerra-Fria (entre o final dos anos 50 e o final dos anos 80).

Quanto à evolução das relações internacionais, que se iniciaram com o sistema de Estados formulado na Europa a partir do século XV e que faziam parte do conjunto teórico de Maquiavel, o seu pensamento estava inicialmente marcado pelo dilema da ordem ou da governabilidade em um sistema anárquico. A constituição do sistema de Estados instaurou tal dilema, na medida em que estabelecia o princípio da soberania nacional.

Assim, o grau de governabilidade no sistema internacional seria a contraface do grau de respeito à autonomia do Estado. A Paz de Westphália veio garantir o direito de cada Estado manter seu regime e religião sem interferência externa, reconhecendo o Estado como poder supremo dentro de fronteiras estabelecidas e encerrando um período em que prevalecia o poder transnacional da Igreja.

Esse contexto dá lugar às noções de Estado e balanço de poder, instrumentos decisivos para formulação e implementação da política internacional, caracterizando a corrente Realista de pensamento das relações internacionais.

Em paralelo ao desenvolvimento do pensamento realista, Grotius afirmava que as relações entre os países deveriam fundamentar-se em sua independência e igualdade,

desenvolvendo a doutrina da guerra justa como meio de obter reparação quando não existissem tribunais competentes para resolver os litígios. Dessa forma, estava caracterizada a noção de um “contrato moral” que vincularia as nações pelos laços da justiça.

A escola inglesa do pensamento das relações internacionais, porém, tem uma discussão em torno do conceito de sociedade internacional definido por Grotius no século XVII. Tal conceito permitia a compreensão da formação de normas internacionais tácitas ou explícitas, trazendo para o campo das relações internacionais o debate sociológico sobre a origem das normas sociais. Assim, ficou enfatizada a formação de uma "cultura internacional". Tais idéias exerceram grande influência sobre o pensamento racionalista e iluminista do século XVII e Grotius foi considerado fundador do direito internacional.

Em 1795, Kant transmite a forte inspiração racionalista e aborda a sociedade mundial como um fator primordial, assinalando que os Estados deveriam se confederar para instituir a paz perpétua. Dessa forma estaria sendo organizada uma federação de paz, diferente do pacto de paz, uma vez que este simplesmente procurava colocar fim a uma guerra, enquanto aquela tencionava acabar com todas as guerras para sempre. Para caracterizar o pensamento kantiano das relações internacionais e da sociedade mundial, a idéia de que todo Estado e seus governantes têm o desejo de alcançar a paz através da conquista do mundo reafirmava o aspecto revolucionista da obra de Kant.

Já no século XX a evolução das relações internacionais foi marcada por fatos de grande repercussão: duas guerras mundiais, a fundação da ONU, a guerra fria e a intensificação do processo de globalização. Os estudos dessa área do conhecimento somente se intensificaram após o término da 2ª Grande Guerra.

Hoffmann, no início dos anos 60, afirmou que as relações internacionais podem ser consideradas como um campo autônomo da ciência política. A visão de Hoffmann se dirigia para o fato de que seria da política, e não da economia, a diretriz principal para a composição do núcleo dessa disciplina. Considerava que as relações internacionais poderiam ser estudadas por tipos de relações entre Estados que compõem os sistemas internacionais. Passados alguns anos, sem que essa visão de Hoffmann fosse contestada, a teoria das relações internacionais está definida como um conjunto coerente e sistemático de proposições que têm por objetivo esclarecer a esfera das relações sociais, denominadas de internacionais.

Um modelo explicativo das relações internacionais foi obtido neste estudo, confrontando-se paradigmas opostos e heterogêneos: o Paradigma Realista; o Paradigma da Interdependência e o Paradigma da Dependência. Pela heterogeneidade dos modelos apresentados, constatou-se que se dá maior importância às interações de ordem assimétrica apontadas para uma dependência da periferia subdesenvolvida, subordinada ao centro industrializado e imperialista.

A partir da década de 1990, a ONU passou a ser a única instituição competente para regulamentar em escala mundial todas as matérias diversificadas e interligadas no campo social. E foi através da ONU que os Estados se comprometeram a apresentar relatórios sobre os esforços nacionais empreendidos nas matérias tratadas, reconhecendo de maneira consensual o dever de prestar contas à comunidade internacional sobre a sua atuação doméstica diante dos temas que anteriormente consideravam de sua competência soberana irrestrita.

No mundo atual, há uma impossibilidade de qualquer governo conseguir reformar os mercados de trabalho e os sistemas de proteção social a fim de gerar emprego e de tratar das questões relacionadas com a criminalidade e a imigração.

Diante disso, os Estados têm que conviver com a dualidade de uma sociedade global rica em contraposição com sociedades sem alternativas de sobrevivência.

Síntese Empírica

A constatação empírica, relacionada com o componente político nas relações internacionais, inicia-se com o comportamento dos fluxos financeiros internacionais.

Solomon afirma que o sistema de Bretton Woods ofereceu estabilidade e expansão nos fluxos de capitais, até então indefinidos e sujeitos a forte volatilidade no período entre as duas guerras mundiais. Com o avanço das comunicações e o progresso da informática, tal sistema se vê impossibilitado de manter uma política monetária rígida. Passa a vigorar um sistema de taxas cambiais flutuantes, um alto risco para os países em desenvolvimento – por não terem capacidade e organização para adotar um sistema cambial liberalizado, segundo Eichengreen – que perderiam a atratividade aos capitais externos, passando estes a se concentrarem fortemente nos EUA.

A adoção da taxa cambial flutuante pelos países desenvolvidos, conforme Solomon, amplia a mobilidade internacional do capital nos países desenvolvidos enquanto que eleva a volatilidade desses mesmos capitais nos países em desenvolvimento. Somente no final da Guerra Fria, com o sistema financeiro internacional impondo a desregulamentação, a internacionalização e a inovação para

melhor aproveitamento do fluxo de capitais, é que os países em desenvolvimento são reintroduzidos no sistema.

Solomon afirma também que a mobilidade do capital internacional se eleva rapidamente, fato explicado por uma mais intensa utilização de instrumentos de proteção contra instabilidades econômicas e prejuízos nas transações. Tais instrumentos passam pela indisponibilidade do dinheiro virtual, capaz até de suportar crises, que em outras épocas trariam situações de elevadas perdas para o sistema financeiro internacional. Embora o sistema esteja melhor preparado, há questionamentos do ponto de vista político quanto a maior soberania dos países em geral.

O risco político, segundo Eiteman, passa a ser um importante agente direcionador dos fluxos financeiros internacionais, obrigando os governantes a formularem e manterem políticas adequadas, com intenso controle sobre as finanças públicas.

Outro componente importante para a atratividade do país em relação aos capitais internacionais, e para a diminuição do risco político, é a formulação de uma política externa alinhada aos países desenvolvidos, mais ativa do que reativa como tem se caracterizado até o momento, e a adoção das diretrizes determinadas por um consenso internacional – como o caso do Consenso de Washington. Tais ações irão se constituir na principal ferramenta para a redução da volatilidade dos capitais externos.

Considerações Finais

Para se obter resposta ao problema de pesquisa e se confirmar a hipótese, foram desenvolvidos dois métodos de pesquisa: método qualitativo e método quantitativo.

Definidos os métodos, a seqüência do estudo obteve os seguintes resultados:

- **Análise qualitativa:** a pesquisa qualitativa foi composta de três etapas: pré-análise, na qual foram selecionados documentos em sítios pré-definidos da Internet; exploração do material, organizado em ordem cronológica e durante a leitura foi possível o estabelecimento das categorias finais de análise: Investimento Estrangeiro Direto – IED e a sua correspondência em inglês *Foreign Direct Investment* – FDI, Política Externa Alinhada e Política Externa Autônoma; tratamento dos resultados e interpretação, na qual foi elaborada uma síntese dos períodos governamentais analisados e, ao se resgatar o problema de pesquisa, constatou-se que a política externa brasileira foi alinhada aos países desenvolvidos – com maior ênfase aos EUA – na maior parte do período 1947-2004, sendo, portanto, favorável ao aumento de IED no país;
- **Análise quantitativa:** teve como finalidade a análise estatística para confirmação da hipótese. Foi então definida uma reta que se ajustasse aos dados existentes, através de uma regressão linear pelo método dos mínimos quadrados, e que permitisse a verificação de influências da variável independente sobre a variável dependente. Assim, coube comprovar se a alternância de políticas externas possibilitou o incremento do IED e, conseqüentemente, do PIB. Para isto o IED foi denominado variável independente X e o PIB variável dependente Y. Como a análise de regressão linear não deu suporte ao pressuposto de linearidade, foi efetuada uma transformação logarítmica. Os resultados obtidos com as transformações dos dados permitiram alcançar uma boa qualidade no ajuste, confirmando-se a

hipótese testada. Assim, face às constatações obtidas na análise dos resultados da pesquisa quantitativa, ficou comprovado que havendo um aumento do IED ocorrerá um aumento do PIB e o contrário também é verdadeiro. Como o aumento de IED se verifica através de uma política externa alinhada – como foi constatado na pesquisa qualitativa –, a hipótese pode ser confirmada pela maior atratividade da economia local – através do maior incremento no PIB – a um maior aporte de IED.

A confirmação do *constructo* de que a adoção de uma política externa alinhada atrai um maior volume de IED com conseqüente aumento do PIB também se confirma, uma vez que, havendo a correlação entre IED e PIB, a um maior ou menor fluxo de IED haverá um aumento ou diminuição do PIB.

Fica assim evidenciada a maior conquista deste estudo, ou seja, a possibilidade de sugestão aos formuladores da política externa brasileira, para que adotem um modelo mais alinhado aos países desenvolvidos a fim de se ampliar a captação de recursos externos em condições mais favoráveis que as atuais e, por conseqüência, que permita a melhoria das condições sociais no país.

Os resultados obtidos também revelam adequação à fundamentação teórica elaborada no estudo.

Enquanto os autores clássicos da ciência política limitaram-se a estabelecer as formas de atuação do Estado no que se refere às normas internas – com pouca ou nenhuma importância às relações externas – os autores contemporâneos, face aos intensos acontecimentos verificados ao longo do século XX, incluíram as relações internacionais nos seus estudos e verificaram a impossibilidade do Estado atender completamente as necessidades da sociedade global.

Na análise empírica sobre o componente político nas relações internacionais, evidencia-se a importância dos fluxos financeiros internacionais – e o risco apresentado pelas ações políticas – no desenvolvimento da economia mundial. Na observação do risco político, fica também evidenciada a necessidade de uma política externa direcionada aos países desenvolvidos, como forma de aumentar a atratividade aos capitais externos, bem como a adoção de diretrizes emanadas por consenso internacional para melhor dimensionamento do Estado.

Embora o objetivo deste estudo fosse apontar os efeitos que a política externa exerce sobre o fluxo de capitais externos no Brasil – e tal objetivo foi alcançado em grande parte –, há, porém, uma limitação importante a se destacar e que daria maior realce ao objetivo atingido: a impossibilidade de acesso aos investidores estrangeiros, que impediu uma análise mais profunda e com resultados mais incisivos.

No entanto, cabe considerar que a análise baseada no conteúdo de importantes documentos dos governantes brasileiros é um ponto de destaque da pesquisa, uma vez que apresenta documentos elaborados há mais de 50 anos e que permitiram a formação de uma base analítica fundamentada para o alcance dos resultados.

Fica, também, o registro de que o tema é de extrema importância para o país, merecendo uma atenção maior por parte das autoridades e a continuidade dos estudos nessa linha de pesquisa por parte da comunidade acadêmica.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (organizador). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico*. V.3. São Paulo: NUPRI/USP, 2000.

ALVES, José Augusto Lindgren. *Relações Internacionais e Temas Sociais: a década das Conferências*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

AMORIM, Celso Luiz Nunes. *Quem tem medo de Stefan Zweig? Ou os caminhos da autonomia tecnológica*. In: *Reestruturação Industrial: Reflexões sobre autonomia tecnológica e relações econômicas internacionais*. Brasília, IPEA, 1989: 20-101.

ARENDT, Hannah. *O que é Política?* Tradução de Reinaldo Guarani. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório Anual*. Brasília, 2004. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/banual2004/rel2004cap1p.pdf>, acesso em 12/01/06.

_____. *Relatório Anual*. Brasília, 2003. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/banual2003/rel2003cap5p.pdf>, acesso em 24/04/05.

_____. *Relatório Anual*. Brasília, 1999. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/ftp/banual99/rel1999cap5p.pdf>, acesso em 23/04/05.

_____. *Relatório Anual*. Brasília, 1996. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/Banual96/banualc4.asp?idpai=boletim1996>, acesso em 24/04/05.

. *Investimentos Diretos – Distribuição por país de origem dos recursos.* Disponível em <http://www.bcb.gov.br/rex/IED/Port/ingressos/htms/index1.asp?idpai=inved>, acesso em 23/04/05.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luis A. Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Teoria do Estado e Ciência Política*. 5ª ed. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2002.

BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar, revisão técnica de Márcia Arieira. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2001.

BRAILLARD, Philippe. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

BULL, Heddley. *A sociedade anárquica*. Prefácio de Williams Gonçalves. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

CASTRO, Cláudio de Moura. *A Prática da Pesquisa*. São Paulo: Makron Books, 1977.

CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de Castro. *Apresentação*. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (organizador). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico*. V.3. São Paulo, NUPRI/USP, 2000: 7-15.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia Científica*. 5ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHEVALIER, Jean-Jacques. *As Grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*. Tradução de Lydia Christina. 3ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1980.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O futuro do Estado*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2001.

DUPAS, Gilberto. *Os Ventos da Europa Sopram para a Direita*. São Paulo: Panorama da Conjuntura Internacional, USP, 14 (4), julho-setembro de 2002.

EICHENGREEN, Barry J. *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. Tradução de Sérgio Blum. São Paulo: Ed. 34, 2000.

FONSECA JR., Gelson. *Anotações sobre as condições do sistema internacional no limiar do século XXI: a distribuição dos pólos de poder e a inserção internacional do Brasil*. *Política Externa*, 7 (4): 36-57, março-maio de 1999.

Foreign Policy. Too Much Consensus. Num. 144, pg. 16, 2 pgs. Washington: Sep/Oct 2004.

Disponível

em

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=688631641&sid=1&Fmt=3&clientId=18113&RQT=309&VName=PQD>, acesso em 21/04/05.

FURTADO, Milton Braga. *Síntese da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2000.

GAROFALO FILHO, Emilio. *Dicionário de comércio exterior e câmbio*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2004.

GIDDENS, Anthony. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. Tradução de Cibele Saliba Rizek. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 3ª. tiragem. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

_____. *O Estado-Nação e a Violência: Segundo Volume de Uma Crítica Contemporânea ao Materialismo Histórico*. Tradução de Beatriz Guimarães. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. *Mundo em descontrole*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002.

GODOY, Arilda Schimdt. *Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais*. RAE – Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v. 35, nº. 3, p. 20-29, mai/jun. 1995.

_____. *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades*. RAE – Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v. 35, nº. 2, p. 57-63, mar/abr. 1995.

GROTIUS, Hugo. *O direito da guerra e da paz*. Tradução de Ciro Mioranza. 2 vol. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

HIRST, Mônica; PINHEIRO, Leticia. *A política externa brasileira entre a Guerra Fria e o desenvolvimentismo: Horácio Lafer - 1959/61*. In: LAFER, Celso; CARDIM, Carlos Henrique (organizadores). *Horácio Lafer: democracia, desenvolvimento e política externa*. Brasília: FUNAG/IPRI, 2002: 35-71.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.

HOFFMANN, Stanley H. *Teorias Contemporâneas Sobre Las Relaciones Internacionales*. Traducción de M. D. Lopez Martinez. Madrid: Editorial Tecnos, 1963.

- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPEA. *Reestruturação Industrial: Reflexões sobre autonomia tecnológica e relações econômicas internacionais*. Brasília, 1989.
- JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato. *ALCA Quem ganha e quem perde com o livre comércio nas Américas*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.
- KANT, Immanuel. *À Paz Perpétua*. Tradução de Marco Antonio de A. Zingano. Porto Alegre: L&PM Editores, 1989.
- KEEGAN, Warren J. *Marketing Global*. Tradução de Adriano de Jonge e Maurício Andrade, revisão técnica de José Augusto Guagliardi. 7ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- KINDLEBERGER, Charles P. *Manias, pânico e crashes: um histórico das crises financeiras*. Tradução de Vânia Conde e Viviane Castanho. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2000.
- LAFER, Celso. *Mudam-se os Tempos: diplomacia brasileira – 2001-2002*. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. Brasília: FUNAG/IPRI, 2002.
- LAFER, Celso; CARDIM, Carlos Henrique (organizadores). *Horácio Lafer: democracia, desenvolvimento e política externa*. Brasília: FUNAG/IPRI, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. *Métodologie des Sciences*. Paris: Ed. Economia, 2002.
- LIMA, Maria Regina Soares de. *As relações do Brasil com os Estados Unidos: 1964-1990*. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (organizador). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico*. V.3. São Paulo, NUPRI/USP, 2000: 67-84.
- LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução de Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MACHIAVELLI, Nicoló. *O Príncipe*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. Volume 14, p. 575-578. Chicago: Encyclopaedia Britannica Inc., 1964.

MARRONI, Fernando José de Abreu. *Brasil e Cuba: a gangorra diplomática*. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (organizador). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico*. V.3. São Paulo, NUPRI/USP, 2000: 233-294.

MARTIN, Paul. *A Global Answer to Global Problems*. Nova Iorque: *Foreign Affairs*, vol. 84, número 3, mai/jun.-2005. Disponível em <http://www.foreignaffairs.org/20050501facomment84301/paulmartin/aglobalanswertoglobal-problems.html>, acesso em 23/04/05.

MAYO, Herbert B. *Financial Institutions, Investments, and Management: An Introduction*. Mason: Thomson South-Western, 2004.

MOOSA, Imad A. *Foreign Direct Investment – Theory, Evidence and Practice*. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

MORENO-BRID, Juan Carlos; CALDENTEY, Esteban Pérez; NÁPOLES, Pablo Ruíz. *The Washington consensus: a Latin American perspective fifteen years later*. Michigan: *Journal of Post Keynesian Economics*, vol. 27, nº 2, p. 345, Inverno 2004–5. Disponível em <http://search.epnet.com/login.aspx?direct=true&db=buh&an=15818111>, acesso em 21/04/05.

NORTH, Douglas C. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antonio Carlos (organizadores). *Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; AMORIM, Wellington Dantas de. *O relacionamento Brasil-Japão*. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (organizador). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico*. V.3. São Paulo, NUPRI/USP, 2000: 475-496.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.

_____. *O cenário internacional e o Brasil no ano de 2020*. Brasília: Parcerias Estratégicas, 6: 194-215, março de 1999.

PILAGALLO, Oscar. *A aventura do dinheiro: uma crônica da história milenar da moeda*. São Paulo: Publifolha, 2000.

PURNELL, James. *O novo internacionalismo*. Londres: New Statesman, vol. 133, Edição 4715, p.33, 1p, 21/nov./2004. Disponível em <http://search.epnet.com/login.aspx?direct=true&db=buh&an=15147984> , acesso em 21/02/05.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Rousseau e as Relações Internacionais*. Prefácio de Gelson Fonseca Jr. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

SANGUINETTI, Horácio. *Curso de Derecho Político*. 4ª ed. Buenos Aires: Editorial Astrea, 2000.

SHEEHAN, Genevieve. *Globalizing Law*. Cambridge, Massachusetts: Harvard International Review; Vol. 26 Edição 3, p. 6, Outono 2004. Disponível em <http://search.epnet.com/login.aspx?direct=true&db=buh&an=15005685> , acesso em 22/04/05.

SILVA, Alexandra de Mello e. *Desenvolvimento e Multilateralismo: Um estudo sobre a Operação Pan-Americana no contexto da Política Externa de JK*. Contexto Internacional. Rio de Janeiro: vol. 14, nº. 2, p. 209-239, jul./dez 92.

SOLOMON, Robert. *O sistema financeiro internacional – 1945-1976*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. *Dinheiro em movimento*. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *(Des)Ajuste Global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1993.

VATTEL, Emer de. *O direito das gentes*. Prefácio e tradução Vicente Marotta Rangel. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.

VIANNA, Sérgio Besserman. *O Ministro Horácio Lafer e o segundo governo Vargas*. In: LAFER, Celso; CARDIM, Carlos Henrique (organizadores). *Horácio Lafer: democracia, desenvolvimento e política externa*. Brasília: FUNAG/IPRI, 2002: 13-34.

VERGARA, Sylvia Constant. *Métodos de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 2005.

WIGHT, Martin. *A política do Poder*. Prefácio de Henrique Altemani de Oliveira. Tradução de Carlos Sérgio Duarte. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

WILLIAMSON, John. *The strange history of the Washington consensus*. Michigan: *Journal of Post Keynesian Economics*, vol. 27, nº 2, p.195, Inverno 2004–5. Disponível em <http://search.epnet.com/login.aspx?direct=true&db=buh&an=15818083> , acesso em 21/04/05.

WONNACOTT, Ronald J.; WONNACOTT, Thomas H. *Econometria*. Tradução de Maria C. Silva. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)